

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	47
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	66
10.8 - Plano de Negócios	67
10.9 - Outros fatores com influência relevante	70

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso de negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política.**

Em reunião realizada em 30 de abril de 2020 os membros do Conselho de Administração da Companhia, aprovaram a Política de Gestão de Riscos que estabelece entre outras, responsabilidades sobre o processo de mapeamento, classificação e monitoramento dos riscos, assim como, de seus controles de mitigação. A área de Auditoria, Riscos e Compliance, estruturada em 2020, reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos e com reporte operacional para o CEO, preservando a independência destas atividades e respeitando o que estabelece as melhores práticas de mercado. Em 2021, houve a atualização do mapa de riscos com a revisão dos riscos, fatores de riscos e métricas de impacto e probabilidade. Também foi estruturada a atividade de controles internos, responsável pela realização contínua dos testes de efetividade dos principais controles capazes de mitigar os riscos.

Adicionalmente, a Companhia vem sendo apoiada pelos processos de gestão financeira e pelo Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, criado em novembro de 2016.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos financeiros, aprovada pela Diretoria, em conformidade com as boas práticas e coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e exterior. Esta política descreve a filosofia de proteção de riscos financeiros da empresa e estabelece suas diretrizes.

Ao implantar e praticar esta Política, a Companhia visa assegurar:

- i) A gestão proativa e contínua dos riscos, por meio de antecipação e, quando necessária, pela proteção de cenários desfavoráveis, de forma a proteger os resultados e o patrimônio da Mills;
- ii) A consideração do retorno das aplicações financeiras ponderado pelo risco associado nas análises das estratégias da Mills;
- iii) Preservação permanente da saúde financeira da Mills;
- iv) Proteção dos resultados e do patrimônio da Mills contra o não cumprimento de obrigações contratadas com contrapartes;
- v) A melhoria contínua das avaliações da Mills por parte de investidores, credores, e agências de rating, devido às nossas práticas financeiras conservadoras e gestão de risco;
- vi) A eficiência e eficácia na proteção de exposição ao risco, através de contratação de instrumentos financeiros ou da observação da existência de proteções ("hedges") naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados;
- vii) A avaliação da efetividade e apresentação ao Conselho de Administração anualmente.

A Companhia tem como prática monitorar constantemente as mudanças de cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho e sua matriz de risco. A Companhia analisa os riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de suas operações.

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- (i) os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer diretrizes e responsabilidades

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

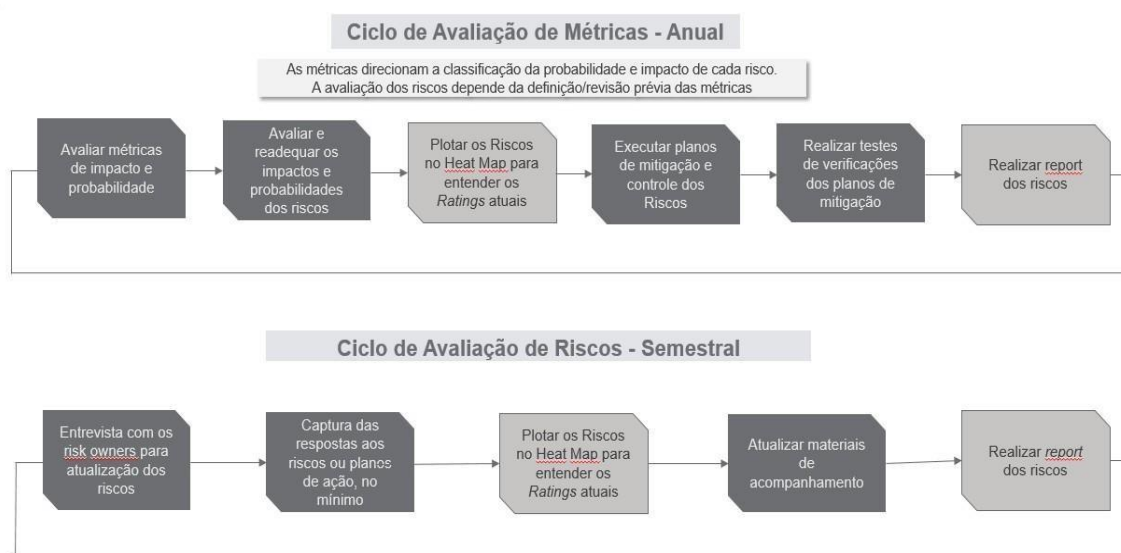
relacionadas ao processo de gestão de riscos, através da identificação, análise, priorização, tratamento e monitoramento dos riscos empresariais que possam vir a afetar os negócios da Companhia. Adicionalmente, fornecer informações para apoiar o processo decisório dos negócios, baseado nos riscos empresariais, com o objetivo apoiar o plano estratégico, na geração de valor e no crescimento sustentado da Companhia.

As práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia buscam proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela alta administração da nossa Companhia, nossa reputação bem como os nossos resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento dos riscos busca garantir que a Companhia possua estruturas, processos, mecanismos e controles internos para conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, de forma a mantê-los dentro de níveis compatíveis com os limites fixados pela Administração – *Apetite a Riscos*. Além disso, o gerenciamento de riscos auxilia a tomada de decisão pelos Administradores.

Segue abaixo o ciclo de avaliação dos riscos:



(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de gerenciamento de riscos que inclui as atividades de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que apresentam reporte direto ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos. Esta área conta com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

### (a) Conselho de Administração

De acordo com a Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2020, o Conselho de Administração deve monitorar periodicamente (ao menos duas vezes ao ano), e com apoio do CAFIR e do Head de Auditoria, Riscos e Compliance, os riscos prioritários aos quais Companhia estiver exposta, acompanhando a evolução dos riscos de maior probabilidade e impacto e seus respectivos planos de ação.

Adicionalmente, precisa também estabelecer parâmetros de apetite aos riscos, definindo quais os

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

riscos que a Companhia está disposta a correr e considerando quais níveis máximos de exposição.

### (b) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos

O Conselho de Administração designou ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos a função de monitorar a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e o cumprimento à Política de Gestão de Riscos. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um independente.

Todos os membros do Comitê são conselheiros, sendo um independente e com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Instrução CVM nº 308/02, conforme alterada.

No âmbito da avaliação de Riscos, as principais atribuições do Comitê, nos termos do seu Regimento Interno, são:

- i) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de auditoria interna, gestão de riscos e compliance;
- ii) acompanhar as atividades do Comitê de Ética quanto ao tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo Canal de Denúncias, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos denunciantes;
- iii) avaliar e monitorar a efetividade e suficiência da estrutura da área de auditoria interna, gestão de riscos e compliance, e da auditoria independente, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, procedimentos e do ambiente geral de controles internos mapeamento e gestão de riscos, planos de ação, respostas aos riscos, dentre outros;
- iv) avaliar e monitorar a efetividade do ambiente de controles internos, incluindo os aspectos de segurança da informação, das transações com partes relacionadas e do atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- v) verificar os patamares de ética e de manutenção e/ou construção da identidade da organização, que deve refletir seus princípios e valores.

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o CAFIR tem as seguintes responsabilidades:

- Aprovar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de gestão de riscos da Companhia.
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos com o objetivo de apoiar o cumprimento de seus objetivos.
- Apoiar o Conselho de Administração em relação a comunicação sobre os riscos de maior relevância.
- Acompanhar e avaliar periodicamente os riscos da Companhia.
- Analisar e opinar sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco empresariais, principalmente na estimativa de impacto financeiro e de imagem.
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos.
- Apoiar a Área de Auditoria, Riscos e Compliance na implementação do processo de gestão de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

riscos.

### (c) CEO e Diretores

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o CEO e Diretores possuem as seguintes responsabilidades:

- Acompanhar os riscos priorizados.
- Avaliar os relatórios e resultados e prover os direcionamentos apropriados no processo de gestão de riscos.
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas.
- Gerenciar os riscos inerentes às suas atividades (identificar, avaliar, reportar, monitorar e tratar).
- Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco, assim como definir o responsável e data da implantação do plano.
- Informar à Área de Auditoria, Riscos e Compliance sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

### (d) Head de Auditoria, Riscos e Compliance

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, o Head de Auditoria, Risco e Compliance tem as seguintes responsabilidades:

- Coordenar as atividades de gestão de riscos, apoiando todos os envolvidos na implementação das atividades descritas nesta política.
- Buscar constantemente que a Companhia utilize boas práticas de mercado a exemplo do que que estabelece o COSO, norma ISO 31000 sobre os Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos e/ou outros frameworks de referência para esta atividade.
- Monitorar os riscos empresariais e os respectivos planos de mitigação.
- Apoiar o CA e CAFIR, mantendo-os atualizados sobre os principais riscos empresariais, através de reuniões formais e periódicas e ou esporádicas sempre que necessário.
- Apoiar o processo de identificação, monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de mitigação.
- Realizar a consolidação dos riscos.
- Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia.

### (e) Risk Owner

De acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, os Risk Owners são responsáveis pela identificação, elaboração de planos de mitigação e tratamento dos riscos.

### c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Com a criação da Área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance em 2020, foram realizados trabalhos de Auditoria Interna, através da utilização de um modelo de co-sourcing aprovado pelo

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças. Em 2021, o plano de atividades aprovado pelo CAFIR foi elaborado com base na cadeia de valor (foco no negócio), na matriz de riscos e na percepção dos executivos. Houve atualização da Matriz de Riscos no 1º. Semestre de 2021, conforme previsto na Política de Gestão de Riscos, bem como das métricas de impacto e probabilidade. Também em 2021, foi criada uma Comissão de Riscos de Filiais que tem como objetivo discutir e disseminar as oportunidades de melhorias identificadas nas auditorias realizadas nas Filiais. Adicionalmente, iniciou-se um processo de avaliação periódica dos principais controles internos da empresa, oriundos das fichas de riscos dos principais processos avaliados na Matriz de Riscos.

A Mills possui um Comitê de Ética que é um órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos, e tem como principais responsabilidades zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta, além de deliberar sobre as ocorrências mais críticas que envolvam condutas antiéticas, em descordo com o Código de Conduta, praticadas pelos colaboradores da Companhia. Adicionalmente, cabe a este Comitê julgar os casos de violação de maior gravidade do Código de Conduta da Mills e deliberar sobre as sanções disciplinares cabíveis, conforme Política de Consequências. O Comitê de Ética é composto pelo, CEO, Diretores Executivos, Head Jurídico e Head de Auditoria, Riscos e Compliance. Periodicamente, o Comitê de Ética presta contas ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos sobre os principais assuntos relacionados a Ética na Companhia.

A Mills tem se estruturado e avançado em algumas frentes para criar mecanismos de controle preventivos e de monitoramento para identificação de possíveis desvios de conduta que possam impactar à Companhia. Entre estas melhorias, destaca-se a substituição, a partir de maio de 2020, da consultoria responsável pela gestão do canal de denúncias., proporcionando melhores controles no processo e maior transparência, respeitando o que estabelecem as boas práticas de governança corporativa. Em 2021, foi implementada a ferramenta para avaliação de riscos de terceiros no processo de homologação de fornecedores. Nesse processo, inclui-se o envio do Manual de Relacionamento com Terceiros, que traz os principais aspectos do Código de Conduta Mills, além do envio de questionário com questões de compliance, LGPD, ESG, dentre outras.

Desde 2020 existe um amplo programa de divulgação do Código de Conduta para todos os colaboradores e para o público externo com o qual a Companhia se relaciona. O Código de Conduta traz temas que atualmente consideramos importantes tais como: Propósito e Valores da Companhia, Gestão da Informação, Lei Anti-Corrupção, Respeito às Políticas, Normas e Procedimentos Corporativos, entre outros. Desde 2021, todos os novos colaboradores são treinados e recebem o certificado do treinamento do Código de Conduta.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência relevante nos referidos controles.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**a.** Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**b.** Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

**(i)** os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Conforme informado no item 4.2 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos de mercado, incluindo riscos de taxa de juros e atualização monetária, risco de crédito, risco cambial e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Em especial, a Companhia busca proteção em relação aos riscos de variação nas taxas de câmbio e juros.

**(ii)** a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos locais e no exterior para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de derivativos serão lançados no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos demonstrativos de receitas, exceto nos casos em que critérios específicos de hedge sejam preenchidos. As estimativas de valor de mercado serão realizadas em uma data específica, geralmente baseados em cotações de mercado (mark-to-market).

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(iii)** os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating mínimo de risco de crédito brAA - escala nacional, Standard & Poor's, ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado.

Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da Companhia, é atribuição do Conselho de Administração aprovar a venda, aquisição, arrendamento, transferência, oneração, ou outra forma de alienação de quaisquer ativos ou negócios ou a realização de novos investimentos pela Companhia, cujo valor, individual ou em uma série de transações relacionadas, exceda o valor agregado de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se previsto no Orçamento anual;

Para valores inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de hedge. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

**(iv)** os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Quanto ao risco cambial, a Companhia tem por política não ficar exposta a qualquer compromisso em moeda estrangeira. Quanto ao risco de taxa de juros, a Companhia tem como política fazer suas operações com taxas pós-fixadas, pois suas receitas também crescem em função da inflação. A Companhia não dispõe de meios de proteção contra o risco de descalamento momentâneo provocado pela inflação entre as receitas e custos da Companhia.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial. A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

**(v)** se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de manter o valor dos equipamentos importados e, consequentemente com valor em moeda estrangeira, em reais, exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

**(vi)** a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As políticas e os procedimentos de controle de riscos são definidos diretamente pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Financeira. Ao Conselho de Administração também cabe fiscalizar o cumprimento das referidas práticas.

Ressalta-se que todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

**c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Atualmente, a Companhia não adota estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados especificamente à verificação do gerenciamento dos riscos apontados anteriormente, pois entende que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta. No entanto, futuramente a Companhia implementará políticas específicas para gerenciamento de riscos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência dos referidos controles.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A Administração da Companhia julga que os seus controles internos e políticas comerciais, operacionais, financeiras, contábeis e fiscais e de recursos humanos, sejam adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

**b. As estruturas organizacionais envolvidas.**

As demonstrações financeiras são elaboradas por uma área pertencente à Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores. As informações são revisadas pelo gestor da área, gerência de Planejamento Financeiro e pelo Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Presidente, Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

Assim, a Companhia acredita que divulga ao mercado informações confiáveis, consistentes e tempestivas.

Todas as estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas nas práticas dos controles internos, sejam as Unidades de Negócio sejam as áreas de apoio ao negócio.

**c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração constantemente e revisada pelo menos uma vez por ano pela Diretoria e Conselho de Administração, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance definiu, juntamente com o CAFIR, um plano de atividades para 2021 que preve a realização de testes dos principais controles internos, atualização do Mapa de Riscos e a realização de auditorias internas.

**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desse estudo e avaliação foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia, não se configuraram como deficiências significativas ou materiais.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia, tais planos são suficientes para atender as recomendações dos auditores independentes.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A partir de 2020, a Companhia estruturou uma área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. Houve a contratação de um executivo para gerenciar essas atividades, com reporte direto e independente ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos (CAFIR).

Ao longo de 2020, foi implementado o Programa de Integridade aplicável a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem a empresa se relaciona, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios. O Programa de Integridade tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos tendo sido estruturado em nove pilares, separados em três principais categorias: Prevenir, Detectar e Responder.

Como principais atividades, houve a atualização do Código de Conduta, elaboração de Políticas Internas, criação do Comitê de Ética e a troca do fornecedor responsável pelo Canal de Denúncias. Adicionalmente, foi elaborado um plano de comunicação e treinamentos relacionados ao Programa de Integridade, para todos os colaboradores. Em 2021, houve a atualização do mapa de riscos e a revisão das métricas de impacto e probabilidade, além da implementação da ferramenta de avaliação de riscos de terceiros, principalmente no processo de homologação de fornecedores.

Em 02 de agosto de 2013 foi publicada a Lei 12.846/2013, apelidada de “Lei Anticorrupção”. Se trata de um verdadeiro marco no país. Surgiu em um momento conturbado da política brasileira, marcado por manifestações sociais que buscavam, entre outros, o fim de práticas que feriam a administração estatal e desperdiçavam recursos públicos.

Com base na Lei Anticorrupção, a empresa poderá responder por atos nocivos contra a Administração Pública (exemplo: suborno com pagamento de “propina” por parte da empresa a um funcionário público), mesmo se não houver envolvimento direto por parte dos representantes ou acionistas.

A referida legislação, se aplica à sociedades empresárias e sociedades simples, fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro e pessoas físicas como dirigentes, administradores ou qualquer pessoa autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, apresentando sanções, tanto na esfera cível, como administrativa, tais como a perda de bens e a aplicação de multas de até 20% (vinte por cento) do faturamento da empresa.

A Mills está comprometida com o cumprimento de todo o conteúdo da Lei Anticorrupção e de todas as leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno e corrupção. A Companhia estabelece a exigência de que todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviço, conduzam todas as suas atividades, com integridade e nos mais elevados padrões éticos. Em 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Anticorrupção e Antissuborno.

Todo colaborador é responsável por reportar imediatamente aos canais de denúncia disponibilizados pela Mills, toda e qualquer conduta que viole ou possa violar as normas desta lei e deste código e/ou que se configure como um ato de corrupção (seja consumado, tentativa ou na mera estruturação do crime).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Desde o início da pandemia, a Companhia implementou diversas ações para preservar uma posição financeira sólida, com disciplina de capital, redução de despesas e performance de balanço, visando combater os impactos econômico-financeiros da pandemia e melhorar o posicionamento da Mills quando da retomada do crescimento. Para a unidade de negócio Rental, a Administração entende que o ponto de inflexão foi atingido no mês de maio de 2020, apresentando, a partir de meados de junho, recuperação e retornando ao patamar pré-crise das atividades de locação em dezembro de 2020. Já a unidade de negócio Construção praticamente não foi impactada.

Assim como divulgado no trimestre anterior, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não percebeu impactos no seu desempenho econômico-financeiro devido à pandemia. Evidentemente, as ações para enfrentamento da crise, especialmente no cuidado com os colaboradores, foram mantidas, como segue (não exaustivo):

- Manutenção de 100% do grupo corporativo em home office;
- Reforço na prevenção por meio de vídeos e demais processos de comunicação;
- Divulgação e aplicação de política de consequências.

Com as notícias e evolução da COVID-19 no mundo desde o início do ano de 2020, fizemos um planejamento dos principais insumos que necessitaríamos para os próximos meses e adquirimos alguns deles em maior quantidade, como peças de reposição, EPIs, máscaras, etc. Até o momento, nossas atividades de locação não foram impactadas de forma relevante pela falta de insumos, mas trabalhamos na ampliação dos nossos estoques para mitigar o risco de um evento como esse ocorrer, bem como para ter peças de reposição disponíveis para fazer frente ao ritmo de liberação de equipamentos.

Evidentemente, essa crise pode provocar um aumento de preços de alguns insumos, principalmente daqueles dolarizados e no futuro podemos ter eventual default de alguns fornecedores em função da gravidade da situação. Entretanto, os principais fornecedores de peças da Rental, principal unidade de negócio da Companhia, são empresas de grande porte e de classe mundial, o que traz maior resiliência. Adicionalmente, os preços de locação praticados pela Rental, apesar de ser em R\$, são estabelecidos levando-se em consideração o valor de reposição do equipamento em USD, o que quer dizer que, no médio prazo, deverá ocorrer também um aumento de preços de locação acompanhando a variação cambial visando a manter a rentabilidade do negócio, o que consequentemente serve de “hedge” para um eventual aumento de preços de insumos em USD. Ao longo de 2021 sofremos falta de matéria prima de diversos materiais (EPI'S, uniformes, compensados), porém não ficamos desabastecidos por termos mais de uma opção de fornecimento, gerando baixo impacto em nossa área de suprimentos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

**As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.**

As informações financeiras constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso website de Relações com Investidores da Companhia ([www.mills.com/ri](http://www.mills.com/ri)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Apresentamos os resultados de 2021 com muito orgulho da nossa trajetória de crescimento e transformação que percorremos neste período. Em novembro de 2021 lançamos a nova marca da Mills. Junto com a nova marca revisitamos todo o nosso posicionamento para uma Mills ainda mais inovadora e digital.

Seguimos focados na nossa estratégia de crescimento orgânico da unidade de negócio Rental, para aumentar a cobertura de mercado através de iniciativas para ampliação do conceito de penetração de plataforma elevatória e com a abertura de filiais. Atualmente temos 44 filiais e pretendemos encerrar 2022 com 50 filiais.

Reforçamos que nosso pedido de compras de quase 1300 equipamentos, aproximadamente USD 63 milhões, foi fechado e os equipamentos começarão a ser entregues a partir do 1T22. Dado que o gargalo na cadeia global de suprimentos permanece, estamos aplicando ajustes adicionais na precificação para atender a demanda, que continua aquecida em diversos setores. Em 2021 aumentamos em 26% o volume locado, encerrando o mês de dezembro com uma taxa de utilização de 67%. Melhoramos a precificação e avançamos na frente de melhoria contínua, resultando em um aumento da margem bruta ex-depreciação de 66,1% para 69,7% no ano.

Nesse ano concluímos com sucesso a integração com a Solaris, seja no lado cultural, com a integração dos times e captura de sinergias, como também no lado operacional, com a implementação do conceito Lean em 100% das nossas filiais. O método Lean otimiza nossos processos, gerando economia de recursos e tempo em nossos espaços de manutenção e estoque e redução da indisponibilidade.

Ao longo do ano, viabilizado pela experiência e expertise de nosso time, aprendemos a alongar a vida útil de nossos equipamentos com um custo de manutenção atrativo, permitindo um aumento do nosso ROIC.

Além do crescimento orgânico, realizamos nesse ano três aquisições, todas alinhadas aos objetivos estratégicos da Mills, sendo eles: i) melhorar a experiência dos clientes, ii) aumentar a cobertura e penetração de mercado e iii) fortalecer nossa posição de liderança. Tais aquisições demonstram a nossa capacidade de gerar valor através de operações de M&A potencializando a disponibilidade de máquinas por meio de negociações bem precificadas.

O engajamento e árduo trabalho de nosso time, em um ano ainda impactado pela pandemia do COVID-19, resultaram em um crescimento de 44,3% na receita líquida e de 88,8% no EBITDA ajustado, além da geração de R\$97,5 milhões de lucro líquido após seis anos consecutivos de prejuízo. Nossos fortes resultados financeiros e operacionais são evidências do sucesso da implementação de nossas estratégias.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação à destinação dos resultados de 2021, serão distribuídos no total, aproximadamente R\$ 58 milhões entre JCP e dividendos (sendo R\$ 46,1 milhões já distribuídos em 2021 e R\$ 11,7 milhões a serem pagos em 2022), o que representa um payout de 59,2%.

Tal maximização da distribuição de recursos vem após o encerramento de um ciclo de prejuízos consecutivos e não traz qualquer prejuízo às ações de crescimento da Companhia citadas anteriormente. Na mesma linha, foi aprovado em 2021 o segundo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, tendo sido recompradas 7.558.687 ações ordinárias de emissão da Companhia que são equivalentes a 3,0% do seu capital social. As ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior cancelamento, bem como para servir para o programa de remuneração de longo prazo dos nossos executivos.

Os movimentos de crescimento orgânico, crescimento inorgânico, distribuição de recursos e recompra de ações, estão alinhados à estratégia da Companhia de alocação de capital e maximização de valor aos acionistas. Encerramos o ano com um caixa de R\$ 214,6 milhões, endividamento bruto de R\$148,3 milhões, forte geração de caixa e com capacidade de alavancagem. Entramos 2022 com uma sólida situação de liquidez, engajados e preparados para continuarmos nossa trajetória de crescimento.

A Mills cresce e expande seus negócios sempre atenta ao objetivo final de recompensar aqueles que acreditam em nosso negócio: nossos investidores, clientes, colaboradores e parceiros.

Com este foco, nosso time nos elegeu como uma das melhores empresas para se trabalhar em 2021. Este reconhecimento é resultado de nossas estratégias para valorizar nossos funcionários e as contribuições que nos trazem diariamente. Evoluímos na nossa jornada para nos tornarmos uma Empresa B em 2022, quando a Mills completará 70 anos de história. Além da certificação GPTW, recebemos também o selo Women on Board, que reconhece a diversidade do nosso Conselho de Administração, cuja atuação conta com presença de três mulheres atualmente. Estabelecemos as metas dos temas materiais de nossa Matriz de Materialidade, que guia nossa jornada de sustentabilidade e está alinhada às ODS da ONU. Temos hoje vários projetos que ajudam a sociedade e geram impacto positivo.

Fomos reconhecidos entre os melhores do mundo e estamos entre os seis finalistas concorrendo ao prêmio IAPA 2022 (International Award for Powered Access) para Empresa de locação do ano, além de outras três categorias: (i) Centro de Treinamento IPAF do Ano, (ii) Instrutor IPAF do ano e (iii) Prêmio IAPA de Inovação e Tecnologia. Somos a única empresa da América Latina concorrendo com corporações de grande relevância mundial. O IAPA celebra as melhores práticas relacionados à segurança, produtividade, inovação, entre outros, na indústria de plataformas elevatórias em todo o mundo.

Por fim, não podemos deixar de agradecer aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento no ano de 2021, bem como o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros.

### Principais destaques econômico-financeiros

A Companhia apresentou no ano de 2021 um crescimento de sua receita líquida de 45,8% em relação ao ano de 2020, totalizando R\$ 738,1 milhões em 2021, ante R\$506,4 milhões em 2020 e R\$439,5 milhões em 2019. A Companhia continua sendo geradora de caixa, com fluxo de caixa operacional ajustado (antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas) de R\$187,0 milhões em 2021, versus R\$156,8 milhões em 2020 e R\$100,1 milhões em 2019. Já o fluxo de caixa livre para a firma ajustado (antes dos juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas) totalizou (R\$6,7) milhões, contra R\$145,3 milhões em 2020 e R\$89,2 milhões em 2019. O fluxo de caixa livre para a firma ajustado em 2021 foi impactado pelo pagamento das aquisições realizadas no quarto trimestre de 2021 (4T21) e reflete as ações da Companhia para crescimento e expansão balanceadas pelo crescimento de receita e melhora da margem bruta observados no período.

O EBITDA calculado conforme Instrução da CVM nº 527, foi de R\$291,6 milhões em 2021, ante R\$163,9 milhões registrados no ano de 2020 e R\$119,3 milhões em 2019. Excluindo o efeito do IFRS16 e os itens não recorrentes, que serão abordados posteriormente, o EBITDA seria igual

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

a R\$291,6 milhões em 2021, versus R\$149,3 milhões em 2020 e R\$110,2 milhões em 2019, como reflexo dos da estratégia comercial da Companhia e seus esforços em reduzir custos e despesas, sem prejudicar o atendimento ao cliente e a eficiência dos processos.

Em 2021, a Companhia registrou lucro líquido de R\$102,3 milhões, ante prejuízo líquido de R\$4,7 milhões em 2020 e R\$45,0 milhões contabilizados em 2019.

A dívida bruta da Mills em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$148,3 milhões, contra 207,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$91,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Terminamos 2021 com uma posição de caixa líquido de R\$66,4 milhões em 2021, ante R\$ caixa líquido de R\$171,2 milhões em 2020 e caixa líquido de R\$33,4 milhões em 2019.

A Companhia permanece geradora de caixa (antes do pagamento de juros e principal), encerrando o ano de 2021 R\$214,6 milhões no caixa e nas aplicações financeiras.

Desta forma, a relação Dívida Líquida/Ebitda Ajustado foi de -0,2x e a relação Dívida Líquida curto prazo / EBITDA Ajustado foi de -0,6x no término de dezembro de 2021. No fechamento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, todos os covenants estão sendo cumpridos.

**b. Estrutura de capital**

Valores em R\$ Milhões	2021	%	2020	%	2019	%
Capital próprio	1.093,0	75,4%	1.097,9	74,4%	1.107,4	80,5%
Capital de terceiros	357,0	24,6%	377,5	25,6%	268,5	19,5%
<b>Total Estrutura de Capital</b>	<b>1.450,0</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.475,4</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.375,9</b>	<b>100,00%</b>

**(i) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)**

A composição do patrimônio líquido da Companhia é como segue:

Valores em R\$ Milhões	2021	%	2020	%	2019	%
Capital social subscrito	1.090,3	99,8%	1.089,6	99,2%	1.089,4	98,4%
Reservas de capital	61,6	5,6%	57,0	5,2%	56,4	5,1%
Reservas de lucros	44,4	4,1%	0,9	0,1%	10,3	0,9%
Ações em tesouraria	-70,2	-6,4%	-15,1	-1,4%	-20,3	-1,8%
Ajuste de Avaliação patrimonial	-17,1	-1,6%	-16,1	-1,5%	-9,9	-0,9%
Custo com emissão de ações	-18,4	-1,7%	-18,4	-1,7%	-18,4	-1,7%
Participação de acionistas não controladores	2,2	0,2%				
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>1.093,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.097,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.107,4</b>	<b>100,0%</b>

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 é representado pelo valor de R\$1.090.336 (R\$1.089.642 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 252.169 mil (251.954 mil em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em reunião do Conselho de Administração em 21 de maio de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R\$686 mil passando de R\$1.089.650 para R\$1.090.336.

Em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R\$8 mil passando de R\$1.089.642 para R\$1.089.650.

Em 18 de agosto de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 46.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$3,00 por ação, totalizando o montante de R\$138.750,00 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 1/2016.

Em 20 de maio de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 41.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$3,00 por ação, totalizando o montante de R\$123.750,00 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 1/2016.

Em 5 de setembro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 4.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$2,94 por ação, totalizando o montante de R\$12.495,00 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 1/2016.

Em 20 de maio de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do §2º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 219.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$2,93 por ação, totalizando o montante de R\$643.135,00 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de Opções 1/2016.

Em 10 de maio de 2019, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris. Nesta data, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris.

Os diretores da Companhia geralmente utilizam tanto capital próprio, oriundo de geração de caixa operacional, como capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, para financiar as necessidades de investimentos em ativos não-circulantes e capital de giro da Companhia. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

### (ii) Capital de Terceiros

O capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 era composto pelos seguintes passivos de curto e longo prazos:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Valores em R\$ Milhões	2021	%	2020	%	2019	%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	148,3	41,5%	207,7	55,0%	91,6	34,1%
Contas a pagar Terceiros	43,2	12,1%	30,3	8,0%	26,7	9,9%
Arrendamentos a Pagar (IFRS16)	53,2	14,9%	56,3	14,9%	58,7	21,9%
Outros Passivos	112,3	31,5%	83,2	22,0%	91,6	34,1%
<b>Total Passivo</b>	<b>357,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>377,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>268,5</b>	<b>100,0%</b>

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Valores em R\$ Milhões	2021	2020	2019
Endividamento de curto prazo	52,1	62,4	84,0
Endividamento de longo prazo	96,1	145,3	7,6
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	202,7	378,9	124,9
(-) Depósitos bancários Vinculados	11,9	0,0	0,0
<b>Dívida Líquida</b>	<b>-66,4</b>	<b>-171,2</b>	<b>-33,4</b>

Em 31 de dezembro de 2021, nossa dívida era composta por 35% de dívida de curto prazo e 75% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 1,5 anos e custo médio de CDI+3,3%. Em 31 de dezembro de 2020, nossa dívida era composta por 30,0% de dívida de curto prazo e 70,0% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,0 anos e custo médio de CDI+3,40%. Em 31 de dezembro de 2019, nossa dívida era composta por 91,7% de dívida de curto prazo e 8,3% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 0,8 ano e custo médio de CDI+5,83%.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar esse período de incerteza.

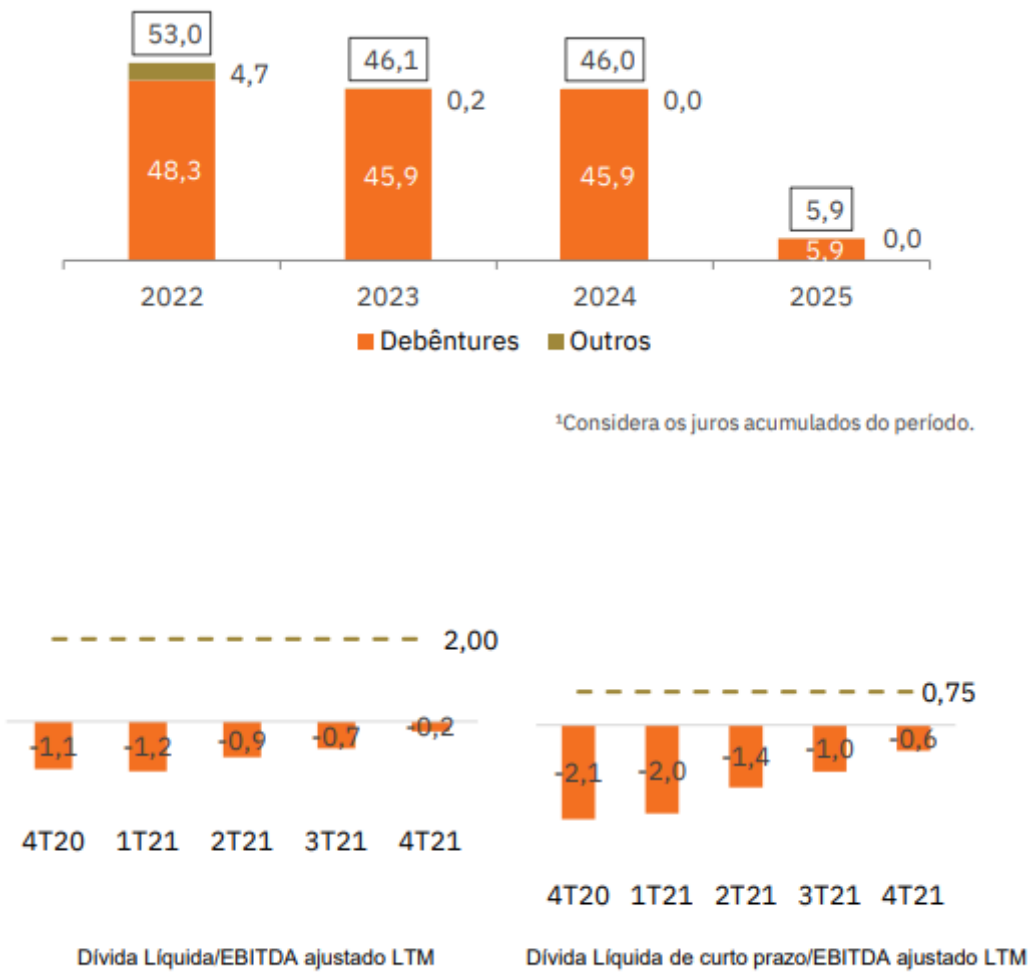
**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

**(i) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

A atual estrutura de capital e o prazo de amortização da dívida são confortáveis, conforme os indicadores abaixo apresentados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



O perfil da dívida de longo prazo da Companhia segue uma política para contratações de empréstimos e financiamentos cujo objetivo é assegurar que todos os compromissos financeiros sejam honrados, se necessário, por meio da geração de caixa da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrados em seu balanço passivos no montante total de R\$ 3,8 milhões referente à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) cujo prazo de parcelamento total aderido correspondeu a 180 meses. A Companhia está adimplente com o referido programa de parcelamento, tendo a última parcela vencimento em dezembro de 2024.

Desta forma, os diretores da Companhia acreditam que sua geração de caixa e as atuais disponibilidades são suficientes para fazer frente a seus compromissos financeiros no médio prazo.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como notas promissórias comerciais e debêntures. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Em 30 de maio de 2014 a Companhia emitiu R\$200 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento em 30 de maio de 2019. O

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor nominal foi amortizado em três parcelas anuais a partir do terceiro ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão a 108,75% da variação acumulada da taxa de juros do CDI. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a terceira emissão de debêntures foram integralmente utilizados para a quitação integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia, emitidas em 11 de abril de 2014, descritas anteriormente.

Em 03 de março de 2020 a Companhia emitiu R\$ 100 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento em 03 de março de 2025. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas anuais a partir do segundo ano da sua emissão e os juros pagos trimestralmente corresponderão a CDI + 2,35%. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Em 09 de dezembro de 2020 a Companhia emitiu R\$ 84 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento em 14 de dezembro de 2024. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas anuais a partir do quarto mês da sua emissão e os juros pagos trimestralmente corresponderão a CDI + 4,25%. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

### ***e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

As principais fontes de liquidez da Companhia são:

- fluxo de caixa das atividades da Companhia;
- financiamentos bancários e por meio de mercado de capitais; e
- aportes de capital.

As principais exigências de caixa da Companhia são:

- investimentos para manutenção e aumento do estoque de equipamentos;
- exigências de capital de giro;
- investimentos nas instalações físicas que a Companhia ocupa e o parque de informática para suportar suas atividades;
- investimentos em melhoria de processos e controles;
- investimentos em treinamento e segurança;
- recompra de ações; e
- distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos.

Os diretores acreditam que as atuais disponibilidades e capacidade de geração de caixa operacional, em conjunto com sua capacidade de endividamento, com alavancagem adequada, são suficientes para financiar seus investimentos e sua necessidade de capital de giro.

### ***f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:***

- i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia, divididos por indexador, com os respectivos encargos e saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021:

Em 31 de dezembro

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

R\$ milhões		2019	2020	2021
Financiamento com Instituições Financeiras	TJLP+0,2% a 0,9%	2,5	-	-
Financiamento com Instituições Financeiras (Solaris)	CDI + 3,10% a 3,67% aa	7,7	4,5	-
Primeira Emissão Debêntures simples Não conversíveis em ações (Solaris)	CDI + 2,40 Até 19 de junho de 2017; CDI + 4,50 até de 20 de março de 2018; CDI + 4,0 até 17 de abril de 2020; CDI + 5,0 até vencimento	25,0	21,6	3,9
Segunda Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	2ª série: IPCA + 5,5%// IPCA + 7,0% a partir de maio de 2017	56,4		
Terceira Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	108,75% do CDI // 116,0% do CDI a partir de maio de 2017	67,0		
Quarta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série unica, CDI +2,35%		98,6	77,1
Quinta Emissão Debêntures simples não conversíveis em ações	Série unica, CDI +4,25%		82,9	68,9
<b>Valor total</b>		<b>158,6</b>	<b>207,6</b>	<b>149,9</b>

Endividamento de curto prazo

Esta conta totalizou R\$ 52,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação com R\$ 62 milhões em 31 de dezembro de 2020, como resultado, principalmente: (i) amortização de R\$, 23,8 da 4ª Emissão de Debentures, em 2021 (ii) amortização de R\$ 16,8 da 5ª Emissão de Debentures, em 2021 e (iii) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo de R\$ 24,2 milhões correspondente da Quarta Emissão de Debentures e (iv) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo de R\$ 24,1 milhões correspondente da Quinta Emissão de Debentures.

Esta conta totalizou R\$62,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2019, como resultado, principalmente: (i) pagamento da última parcela da 2ª Emissão de Debentures, em agosto 2020, (ii) inclusão de R\$ 23,8 milhões referente a Quarta Emissão de Debentures, (iii) inclusão de R\$17,0 milhões referente a Quinta Emissão de Debentures em dezembro de 2020.

Esta conta totalizou R\$84,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2019, como resultado, principalmente: (i) pagamento da última parcela da 3ª Emissão de Debentures, em maio 2019, (ii) pagamento da 2ª parcela de amortização, da 2ª emissão de Debêntures 2ª série IPCA, em agosto 2019 (iii) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da última parcela de amortização, da 2ª emissão de Debêntures 2ª série IPCA, em agosto 2020, e (iv) inclusão da dívida da empresa Controlada Solaris R\$ 25,0 milhões.

Endividamento de Longo Prazo

Esta conta totalizou R\$ 96,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, em comparação com R\$ 145,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 49,2 milhões, ou 51,2%. Essa redução foi resultante principalmente (i) a transferência para o endividamento de curto prazo de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 24,2 milhões correspondente da Quarta Emissão de Debentures e (ii) a transferência para o endividamento de curto prazo de R\$ 24,1 milhões correspondente da Quarta Emissão de Debentures.

Esta conta totalizou R\$ 145,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R\$ 137,7 milhões, ou 2000%. Esse acréscimo foi resultante principalmente (i) da inclusão de R\$ 76,4 milhões correspondente da Quarta Emissão de Debentures no endividamento de longo prazo, (ii) da inclusão de R\$ 67,2 milhões correspondente da Quinta Emissão de Debentures no endividamento de longo prazo.

Esta conta totalizou R\$ 145,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de R\$ 137,7 milhões, ou 2000%. Esse acréscimo foi resultante principalmente (i) da inclusão de R\$ 76,4 milhões correspondente da Quarta Emissão de Debentures no endividamento de longo prazo, (ii) da inclusão de R\$ 67,2 milhões correspondente da Quinta Emissão de Debentures no endividamento de longo prazo.

### Contratos Financeiros Relevantes

A empresa não possui contratos financeiros relevantes.

### Debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação (com data de emissão de 16 de agosto de 2012). Foram emitidas 27.000 debêntures, cada uma com valor nominal de R\$ 10.000,00, sendo: (i) 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$ 160,9 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária, com valor nominal amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e juros pagos semestralmente, correspondentes à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI.

A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a sobretaxa passou a ser de 1,20% ao ano; e (ii) 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109,1 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA, com valor nominal amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e juros pagos anualmente, correspondentes a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderam a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Em 23 de abril de 2014 foi aprovada a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária da Companhia no valor de R\$ 200 milhões, e valor nominal unitário de R\$ 10 mil, emitidas em 18 de junho de 2014. As debêntures tiveram vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI.

Em 25 de março de 2019, foi concedida pelos Debenturistas anuência prévia para a realização de operações societárias, por meio das quais a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da Mills conforme divulgado em fato relevante de 21 de dezembro de 2018.

Em 03 de março de 2020 foi aprovada a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento de 60 meses contados da data de sua emissão no valor de R\$ 100 milhões, e valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, emitidas em 10 de março de 2020. A amortização do principal será realizada trimestralmente, após um ano de carência, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 04 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia rerratificou, por unanimidade e sem ressalvas, conforme aprovado em 15 de setembro de 2020, a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor de R\$ 84 milhões, em série única, com prazo de 49 meses e amortização trimestral de principal a partir do 7º mês, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As debêntures são remuneradas à taxa CDI + 4,25% a.a., com uma remuneração inicial adicional equivalente a 1,0% do valor subscrito e integralizado. No âmbito da gestão ordinária do negócio, os recursos líquidos captados serão destinados principalmente à recomposição e reforço de caixa da Companhia, o qual foi reduzido no mês de agosto em R\$ 60 milhões pelo pagamento da última parcela da 2ª Emissão de Debêntures da Mills, cuja taxa era IPCA + 7% a.a..

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 52.264 no passivo circulante e de R\$ 97.741 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 51.362 e R\$ 95.906.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 58.596 no passivo circulante e de R\$ 147.595 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 57.829 e R\$ 145.285.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$ 81,343 no passivo circulante e de R\$ 3,926 no passivo não circulante e R\$ 81.343 e R\$ 3.926 líquidos dos custos de transação, respectivamente).

### Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de hedge com instituições financeiras. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de câmbio futura de reais para dólares.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de protegê-la, em suas operações de importação de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e nacionalização, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, os saldos das contas de fornecedores estrangeiros referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado. Em 2019, as compras a prazo somavam R\$3.341 mil, em 2020 R\$ 2.794 mil, e em 2021, tais ordens somavam R\$ 2.593 mil

### Grau de subordinação entre as dívidas

Até dezembro de 2020, as debêntures de emissão da Companhia são todas da espécie quirografária com garantia real.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 279.420, relacionadas a 4ª e 5ª emissão de debêntures da Controladora e a 1ª emissão de debêntures da controlada.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas em vigor referentes à constituição de garantias não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

### Covenants

Até a Assembleia Geral dos Debenturistas, realizada em 22 de março de 2017, as escrituras de emissão das debêntures previam a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida<sup>1</sup> pelo EBITDA<sup>2</sup> deverá ser igual ou inferior a 3.

Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida<sup>3</sup> deverá ser igual ou superior a 2.

<sup>1</sup> "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

<sup>2</sup> "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

<sup>3</sup> "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada. Ainda, alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia contêm restrições relacionadas à

- (i) mudança ou transferência de controle acionário (direto e indireto), e
- (ii) alienação de ativos cujo valor represente mais de 15% do valor total dos ativos da Companhia, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações contratuais, esta não poderá realizar distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia acima do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, na forma definida nos respectivos instrumentos.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas atuais não restringirão de maneira significativa sua capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

Em 22 de março de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª e 3ª emissões da alteração dos termos e condições das respectivas escrituras.

As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram:

- ✓ Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO (i), para o cálculo de covenants para fins de vencimento antecipado;
- ✓ Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente;
- ✓ Manutenção do EBITDA nos covenants para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas;
- ✓ Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima;
- ✓ Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%;
- ✓ Restrição de mútuos entre partes relacionadas.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, os quais foram alterados pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 22 de março de 2017, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (ii) pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3;
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO pela Despesa Financeira Líquida
  - (iii) deverá ser igual ou superior a 2.
  - (ii) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos;
  - (iii) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; e
  - (iv) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as deliberações relativas aos covenants aprovadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017 e as deliberações relativas aos covenants originais para fins de determinação das despesas não recorrentes para o cálculo do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, todos os covenants estão sendo cumpridos.

No dia 17 de maio de 2019 foi realizada a transferência integral dos recursos mantidos em contas vinculadas das 2ª e 3ª Emissões de Debêntures da Companhia para a sua conta de livre movimentação, no montante total aproximado de R\$ 90 milhões, considerando o cumprimento das condições dispostas na Cláusula 6.10.4 do 3º Aditamento às Escrituras, qual seja, o atingimento dos covenants originais das Debêntures (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado  $\leq$  3 e Ebitda Ajustado/Despesa Financeira Líquida  $>$  2) pelo segundo trimestre consecutivo.

As escrituras da Quarta emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 2.

Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16.

- (i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
- (ii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
- (iii) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iv) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

As escrituras da Quinta emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16.

(i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;

(ii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;

(iii) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, a Companhia esteve em conformidade com os níveis requeridos para os indicadores.

Foi aprovado em 22 de fevereiro de 2019, pelos titulares das debêntures de sua 2ª e 3ª emissões: (i) a anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018; (ii) a permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); (iii) a alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures; e (iv) outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site [www.mills.com.br/ri](http://www.mills.com.br/ri) e no site da CVM.

A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia.

### ***g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados***

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$400 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$ 3,2 milhões, e não dispunha de linhas de crédito bancário asseguradas e utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$ 2,5 milhões, e não dispunha de linhas de crédito bancário asseguradas e utilizadas.

A Companhia mantém relacionamento com as principais instituições financeiras com atuação no Brasil e, na avaliação de sua diretoria, tem condições e classificação de risco de crédito que lhe permitem contratar novas dívidas nos montantes necessários para fazer frente às suas atuais necessidades de caixa de curto e longo prazo.

***h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras Principais Variações do Balanço***

Saldo em 31 de Dezembro de 2021 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2020

**ATIVO**

Valores em R\$ Milhões	2021	AV¹	AH²	2020	AV¹	AH²	2019	AV¹
<b>ATIVOS</b>	<b>1.450,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>1.475,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,2%</b>	<b>1.375,9</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>472,1</b>	<b>32,6%</b>		<b>541,0</b>	<b>36,7%</b>		<b>301,8</b>	<b>21,9%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	202,7	14,0%	-46,5%	378,9	25,7%	203,3%	124,9	9,1%
Depósitos bancários vinculados	11,9	0,8%	-	0,0	0,0%	-		0,0%
Contas a receber de terceiros	155,2	10,7%	54,7%	100,4	6,8%	-14,1%	116,8	8,5%
Contas a receber de partes relacionadas	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-		0,0%
Estoques	74,1	5,1%	82,0%	40,7	2,8%	12,0%	36,3	2,6%
IRPJ e CSLL a recuperar	8,5	0,6%	46,2%	5,8	0,4%	-21,1%	7,4	0,5%
Tributos a recuperar	6,3	0,4%	17,2%	5,4	0,4%	-18,6%	6,6	0,5%
Adiantamento a fornecedores	6,0	0,4%	25,4%	4,8	0,3%	30,4%	3,7	0,3%
Outras contas a receber de partes relacionadas	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-		0,0%
Outros ativos circulante	7,3	0,5%	46,9%	4,9	0,3%	-18,2%	6,1	0,4%
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>6,2</b>	<b>0,4%</b>	<b>-39,7%</b>	<b>10,3</b>	<b>0,7%</b>	<b>143,2%</b>	<b>4,2</b>	<b>0,3%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Ativos não circulantes</b>	<b>971,7</b>	<b>67,0%</b>	<b>5,1%</b>	<b>924,2</b>	<b>62,6%</b>	<b>-13,6%</b>	<b>1.069,9</b>	<b>77,8%</b>
IRPJ e CSLL diferidos	310,9	21,4%	-	314,6	21,3%	-	309,4	22,5%
Tributos a recuperar	0,1	0,0%	-	0,3	0,0%	-		0,0%
Depósitos judiciais	9,9	0,7%	-	7,7	0,5%	-	12,5	0,9%
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0%	-	0,8	0,1%	-		0,0%
Outros ativos não circulantes	0,1	0,0%	6650,0%	0,0	0,0%	-97,5%	0,1	0,0%
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	34,0	2,3%	-13,5%	39,3	2,7%	-22,2%	50,6	3,7%
Investimentos	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-		0,0%
Imobilizado	442,4	30,5%	0,6%	439,9	29,8%	-23,7%	576,6	41,9%
Intangível	174,3	12,0%	43,4%	121,5	8,2%	0,6%	120,8	8,8%

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais indicados

**Ativo Circulante**

O ativo circulante passou de R\$541,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$472,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de R\$68,9 milhões, ou 12,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução no caixa e equivalentes de caixa em R\$164,3 milhões, em função dos pagamentos das aquisições ocorridas no quarto trimestre de 2021 (SK Rental e primeira etapa da Altoplat);
- Aumento no contas a receber de terceiros em R\$54,9 milhões, ou 54,7%, em função do maior faturamento.
- Aumento no estoque em R\$33,4 milhões, ou 82,0%, principalmente em função do projeto de readequação da frota de plataformas elevatórias, o qual ainda enfrenta o desafio da falta global de insumos e do alto lead time de peças, fazendo com que a Companhia tivesse que adotar uma estratégia de reforço de seus estoques para fazer frente às suas necessidades.

**Ativos mantidos para venda**

- A conta de ativos mantidos para a venda passou de R\$10,3 milhões em 2020 para R\$6,2 milhões em 2021. A redução de R\$4,1 milhões foi em função da venda dos ativos que foram incorporados na homologação de um acordo comercial no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente que pagou a sua dívida através de ativos;

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante passou de R\$323,5 milhões em 31 de dezembro 2020 para R\$321,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de R\$2,5 milhões ou 0,8%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de R\$3,7 milhões em IRPJ e CSLL diferidos em função da redução de prejuízo

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

fiscal, pois aproveitou 30%; IR/CS diferidos incidentes sobre benefício pós emprego e ajuste de valor justo da Rohr;

- Aumento de R\$2,2 milhões em depósitos judiciais

*Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Passou de R\$39,3 milhões em 31 de dezembro 2020 para R\$34,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma queda de R\$5,3 milhões, ou 13,5%, relativo a variação do valor justo reconhecido no investimento da Rohr.

**Imobilizado**

O ativo imobilizado passou de R\$439,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$442,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de R\$2,6 milhões, ou 0,6%. Este aumento explica-se, principalmente, pela aquisição de novos equipamentos em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

**Intangível**

O ativo intangível passou de R\$121,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$174,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, um crescimento de R\$52,8 milhões, ou 43,4%, principalmente devido às aquisições da Nest, SK Rental e Altoplat em 2021.

**PASSIVO**

Valores em R\$ Milhões	2021	AV¹	AH²	2020	AV¹	AH²	2019	AV¹
<b>PASSIVO &amp; PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>1.450,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>1.475,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,2%</b>	<b>1.375,9</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>183,3</b>	<b>12,6%</b>	<b>27,6%</b>	<b>143,7</b>	<b>9,7%</b>	<b>-17,5%</b>	<b>174,2</b>	<b>12,7%</b>
Contas a pagar a terceiros	43,2	3,0%	42,6%	30,3	2,1%	13,6%	26,7	1,9%
Contas a pagar a partes relacionadas	0,0	0,0%		0,0	0,0%			0,0%
Empréstimos e financiamentos	0,8	0,1%	-82,8%	4,5	0,3%	-30,5%	6,5	0,5%
Debêntures	51,4	3,5%	-11,2%	57,8	3,9%	-25,3%	77,4	5,6%
Arrendamentos a pagar	15,9	1,1%	5,8%	15,1	1,0%	-0,6%	15,2	1,1%
Salários e encargos sociais	25,6	1,8%	32,5%	19,3	1,3%	-30,8%	27,9	2,0%
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	1,5	0,1%	1,9%	1,5	0,1%	1,5%	1,4	0,1%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9,0	0,6%	207,9%	2,9	0,2%	1196,4%	0,2	0,0%
Tributos a pagar	7,8	0,5%	78,7%	4,3	0,3%	-52,7%	9,2	0,7%
Provisão para participação nos resultados	14,1	1,0%	95,8%	7,2	0,5%	-18,3%	8,8	0,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12,8	0,9%		0,0	0,0%	-100,0%	0,0	0,0%
Outros passivos	1,3	0,1%	86,0%	0,7	0,0%	-20,4%	0,9	0,1%
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>173,7</b>	<b>12,0%</b>	<b>-25,7%</b>	<b>233,8</b>	<b>15,8%</b>	<b>148,0%</b>	<b>94,3</b>	<b>6,9%</b>
Empréstimos e Financiamentos	0,2	0,0%			0,0%	-100,0%	3,7	0,3%
Debêntures	95,9	6,6%	-	145,3	9,8%	3600,6%	3,9	0,3%
Arrendamento a pagar	37,3	2,6%	-9,6%	41,3	2,8%	-5,1%	43,5	3,2%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17,6	1,2%	-13,7%	20,4	1,4%	-13,7%	23,6	1,7%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Programa de recuperação fiscal (REFIS)	2,3	0,2%	-37,8%	3,7	0,3%	-26,9%	5,1	0,4%
Tributos a pagar	10,7	0,7%	3,1%	10,3	0,7%	1659,9%	0,6	0,0%
Provisão para benefícios pós-emprego	8,9	0,6%	-24,8%	11,9	0,8%	-6,2%	12,6	0,9%
Outros passivos	0,8	0,1%	-17,5%	0,9	0,1%	-24,5%	1,2	0,1%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.093,0</b>	<b>75,4%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>1.097,9</b>	<b>74,4%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>1.107,4</b>	<b>80,5%</b>
Capital social subscrito	1.090,3	75,2%	0,1%	1.089,6	73,9%	0,0%	1.089,4	79,2%
Reservas de capital	61,6	4,3%	8,0%	57,0	3,9%	1,2%	56,4	4,1%
Custo com emissão de ações	-18,4	-1,3%	0,0%	-18,4	-1,3%	0,0%	-18,4	-1,3%
Reservas de lucros	44,4	3,1%	5065,3%	0,9	0,1%	-91,6%	10,3	0,7%
Ações em tesouraria	-70,2	-4,8%	366,0%	-15,1	-1,0%	-25,8%	-20,3	-1,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	-17,1	-1,2%	5,7%	-16,1	-1,1%	62,6%	-9,9	-0,7%
Lucros acumulados	0,0	0,0%			0,0%			0,0%
Participações de acionistas não controladores	2,2	0,2%			0,0%			0,0%

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais indicados

**Passivo Circulante**

O passivo circulante passou de R\$143,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$183,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, um aumento de R\$39,6 milhões ou 27,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de R\$12,8 milhões no saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar;
- Aumento de R\$12,9 na conta de Fornecedores como resultado na maior atividade da Companhia;
- Aumento de R\$6,9 milhões no saldo de Provisão para participação nos resultados;

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante passou de R\$233,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$173,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma queda de R\$60,1 milhões, ou 25,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução do saldo de debêntures em R\$49,2 milhões como resultado da amortização da dívida;

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido passou de R\$1.097,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.093,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de R\$4,9 milhões, ou 0,4%.

**Saldo em 31 de Dezembro de 2020 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2019****Ativo Circulante**

O ativo circulante passou de R\$306,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$551,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$245,2 milhões, ou 80,1%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento no caixa e equivalentes de caixa em R\$254,0 milhões, em função das emissões de debêntures realizadas em 2020 no montante de R\$180 milhões e também pela maior geração de caixa;
- Aumento dos ativos mantidos para a venda em R\$6,0 milhões devido, principalmente, à

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

homologação de um acordo comercial no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente que pagou a sua dívida através de ativos;

- Redução no contas a receber de terceiros em R\$16,4 milhões mesmo com o faturamento maior, em função da melhoria dos processos internos de Crédito e Cobrança ocasionando uma melhoria nos recebimentos;

### *Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante passou de R\$322,0 milhões em 31 de dezembro 2019 para R\$323,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$1,5 milhão, ou 0,5%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de R\$5,2 milhões em IRPJ e CSLL diferidos em função da redução de prejuízo fiscal, pois aproveitou 30%; IR/CS diferidos incidentes sobre benefício pós emprego e ajuste de valor justo da Rohr (R\$ 3.2 milhões);
- Redução de R\$4,8 milhões em depósitos judiciais

### *Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Passou de R\$50,6 milhões em 31 de dezembro 2019 para R\$39,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma queda de R\$11,2 milhões, ou 22,2%, relativo a variação do valor justo reconhecido no investimento da Rohr.

### *Imobilizado*

O ativo imobilizado passou de R\$576,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$439,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$136,7 milhões, ou 23,7%.

### *Intangível*

O ativo intangível passou de R\$120,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$121,5 milhões em 31 de dezembro de 2020.

### *Passivo Circulante*

O passivo circulante passou de R\$174,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$143,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$30,6 milhões ou 17,5%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução do saldo de debêntures em R\$19,6 milhões como resultado da amortização da dívida;
- Redução de R\$8,6 milhões no saldo de salários e encargos sociais devido à captura de sinergias após combinação de negócios com a Solaris.

### *Passivo Não Circulante*

O passivo não circulante passou de R\$94,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$233,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$139,5 milhões, ou 148,0%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento do saldo de debêntures em R\$141,4 milhões como resultado da captação da dívida;

### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido passou de R\$1.107,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.097,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$9,5 milhões, ou 0,9%.

### **Fluxo de Caixa**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Valores em R\$ Milhões	2021	2020	2019
Caixa gerado pelas atividades operacionais	134,7	150,2	85,9
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	-116,1	-10,2	28,2
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	-194,7	114,0	-49,9
Aumento (diminuição) das disponibilidades	-176,2	254,0	-64,3



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Os diretores devem comentar sobre:****a. Resultados das operações da Companhia, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado: unidade de negócio Rental e unidade de negócio Formas e Escoramentos.

A receita da Companhia é preponderantemente decorrente de locação de equipamentos e vendas de equipamentos usados e novos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

**(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Valores em R\$ Milhões	2021	AV <sup>1</sup>	AH <sup>2</sup>	2020	AV <sup>1</sup>	AH <sup>2</sup>	2019	AV <sup>1</sup>
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>738,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>45,8%</b>	<b>506,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,2%</b>	<b>439,5</b>	<b>100,0%</b>
Formas e Escoramentos	95,2	12,9%	13,2%	84,1	16,6%	2,6%	81,9	18,6%
Rental	642,9	87,1%	52,2%	422,3	83,4%	18,1%	357,5	81,4%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-335,1	-45,4%	9,2%	-306,9	-60,6%	8,6%	-282,5	-64,3%

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

<b>Lucro bruto</b>	<b>403,0</b>	54,6%	<b>102,1%</b>	<b>199,4</b>	39,4%	<b>27,0%</b>	<b>157,0</b>	35,7%
Despesas gerais e administrativas	-246,5	-33,4%	33,1%	-185,2	-36,6%	-1,7%	-188,5	-42,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	2,9	0,4%	7,3%	2,7	0,5%	248,6%	0,8	0,2%
Perdas estimadas por valor não recuperável	0,1	0,0%	-167,2%	-0,2	0,0%	-80,0%	-0,8	-0,2%
Provisão para perdas de crédito esperadas	-12,7	-1,7%	<b>302,5%</b>	-3,1	-0,6%	<b>-72,6%</b>	-11,5	-2,6%
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>146,8</b>	19,9%	<b>983,6%</b>	<b>13,5</b>	2,7%	<b>-131,5%</b>	<b>-43,0</b>	-9,8%
Despesas financeiras	26,9	3,6%	-207,3%	-25,1	-5,0%	-10,3%	-28,0	-6,4%
Receitas financeiras	-32,5	-4,4%	-329,6%	14,2	2,8%	1,7%	13,9	3,2%
Resultado financeiro	-5,6	-0,8%	-49,2%	-10,9	-2,2%	-22,1%	-14,1	-3,2%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	141,2	19,1%	5336,7%	2,6	0,5%	-104,6%	-57,0	-13,0%
Imposto de renda e contribuição social	-38,9	-5,3%	432,6%	-7,3	-1,4%	-160,5%	12,1	2,7%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>102,3</b>	<b>13,9%</b>		<b>-4,7</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-89,5%</b>	<b>-45,0</b>	<b>-10,2%</b>

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais indicados

**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 comparada com exercício findo em 31 de Dezembro de 2020**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida da Mills atingiu R\$738,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aumento de 45,8% em relação ao valor registrado no ano anterior. A principal linha que impactou positivamente o resultado foi a receita de locação.

A receita líquida da unidade de negócio Rental atingiu R\$642,9 milhões em 2021, aumento de 52,2% em relação ao ano anterior, como consequência da estratégia comercial de diversificação de clientes, aumento gradual de preço e ampliação da penetração do conceito de uso das plataformas elevatórias, adicionados ao resultado de nossas ações de melhoria de cobertura de mercado. A receita de locação foi responsável por 93% desse aumento, como reflexo do maior volume locado e do gradativo aumento do ticket médio ao longo do ano. Encerramos o ano de 2021 com um volume médio locado 26% superior ao ano anterior com um rental rate (retorno mensal da receita bruta sobre o valor de reposição do equipamento) 26% maior no mesmo período. A unidade de negócios apresentou uma melhoria de demanda em todas as suas verticais de atuação, mas principalmente na derivada de infraestrutura.

A receita líquida da unidade de negócio Formas e Escoramentos atingiu R\$95,2 milhões de receita líquida em 2021, um aumento de 13,3% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 32,2%, principalmente devido ao reaquecimento dos setores de construção civil e infraestrutura. Em 2021 o volume médio locado apresentou um aumento de 4,9% e o yield médio 25,2% (preço e mix).

Em 2020 houve a homologação de um acordo comercial, no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente, para a quitação de dívida com a Companhia, a qual gerou uma receita

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

líquida adicional de R\$ 11 milhões no 3T20 e um Ebitda Ajustado nessa operação de R\$ 6,9 milhões, após os devidos reconhecimentos contábeis em custo e PCE.

Conforme amplamente divulgado, a Companhia limitou seus investimentos nessa unidade de negócios de acordo com a postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais para absorver os equipamentos de Rental. Mesmo com essa reestruturação, que resultou em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda tem condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos e segue sendo a líder no fornecimento de formas e escoramentos no Brasil.

Receita líquida por tipo	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>506,4</b>	<b>738,1</b>	<b>45,8%</b>	<b>231,8</b>
Locação	427,4	652,7	52,7%	225,4
Vendas Novos	15,5	18,3	18,5%	2,9
Vendas Seminovos	32,3	44,8	38,6%	12,5
Assistência técnica	0,9	0,7	-29,9%	(0,3)
Indenização e Recuperação de Despesas	4,2	4,2	-0,6%	(0,0)
Venda de Sucata	26,1	17,4	-33,1%	(8,6)

Receita líquida por unidade de negócio	2020	%	2021	%
<b>Receita líquida total</b>	<b>506,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>738,1</b>	<b>100,0%</b>
Rental	84,1	16,6%	95,2	12,9%
Construção	422,3	83,4%	642,9	87,1%

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos e as despesas gerais da Companhia ex os efeitos do IFRS16 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

R\$ Milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>CPV total, ex-depreciação</b>	<b>187,4</b>	<b>227,2</b>	<b>21,2%</b>	<b>39,8</b>
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	154,7	205,3	32,7%	50,6
Custo das vendas de equipamentos novos	11,7	14,6	24,7%	2,9
Custo das vendas de equipamentos seminovos	6,3	4,6	-25,7%	(1,6)
Custo de venda de sucata	1,0	0,1	-86,0%	(0,9)
Custo de indenização	13,7	2,5	-81,5%	(11,2)
<b>SG&amp;A, ex depreciação-PCE</b>	<b>170,1</b>	<b>226,2</b>	<b>33,0%</b>	<b>56,1</b>
Comercial, Operacional e Administrativo	111,9	147,6	31,9%	35,7
Serviços Gerais	35,9	39,0	8,8%	3,2
Outras despesas	22,3	39,6	77,2%	17,3
<b>PCE</b>	<b>3,1</b>	<b>12,7</b>	<b>302,6%</b>	<b>9,5</b>
<b>CPV + SG&amp;A Total</b>	<b>360,7</b>	<b>466,1</b>	<b>29,2%</b>	<b>105,4</b>

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação e IFRS16, passaram de R\$360,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$466,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de R\$105,4 milhões, ou 29,2%.

Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram aumento de 21,2% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento do consumo de peças para manutenção dos equipamentos, consequência do aumento do volume locado e aumento do custo de vendas como

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

reflexo do aumento das vendas. O ano de 2020 foi impactado em R\$12,4 milhões em custos (feito não caixa) por um acordo comercial realizado na unidade de negócio Formas e Escoramentos.

O SG&A, excluindo depreciação e PCE (Perda de Crédito Esperada, "PCE"), aumentou R\$56,1 milhões ou 33,0%, como resultado: (i) R\$13,5 milhões de aumento das despesas não recorrentes; (ii) R\$19,0 milhões de aumento de despesas de pessoal; (iii) R\$6,5 milhões em despesas de participação de resultado.

Ao longo do ano de 2021 aumentamos nosso quadro de colaboradores, acreditando que o capital humano é um fator essencial para nossa diferenciação de longo prazo. Com isso, queremos todos engajados com a visão de futuro da Mills, sempre buscando encantar, crescer, transformar, maximizando a geração de valor aos nossos *stakeholders*.

Em 2021, a PCE acumulada somou R\$12,7 milhões, equivalente a 1,7% da receita líquida, ante 0,6% em 2020.

### Impacto Acordo Comercial realizado em 2020 na unidade de negócio Formas e Escoramentos

	Impacto acordo comercial
Receita líquida total	11,0
CPV Total, ex depreciação	-12,4
PCE	8,3
Ebitda Ajustado	6,9

A depreciação ex IFRS16 dos bens utilizados na prestação dos serviços e dos bens de uso, diminuiu, passando de R\$134,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$129,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

#### Itens não recorrentes

Em 2021, registramos R\$17,1 milhões de despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por gastos relacionados com readequação de frota, mudanças de filiais, com o intuito de penetrar e atender melhor os mercados regionalmente, e outras despesas, como projetos de consultoria para definição de estratégia da Companhia e despesas com aquisições, como pode ser visto na tabela abaixo (itens não recorrentes não auditados pelos auditores independentes):

Itens não recorrentes - em R\$ milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)
Total itens não recorrentes	-3,6	-17,1	374,9%
Readequação da Frota	-	-10,5	
Outras despesas não recorrentes	-2,9	-5,6	
Mudanças filiais	-	-1,3	
Despesas Mills SI	-0,7	0,6	

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de "impairment" para as Unidades de Negócio Rental e Formas e Escoramentos (UGCs) a luz do CPC 01 (IAS 36). Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

usando referências de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (denominado no CPC 01/IAS 36 como “step 1”).

Ao contrário de 2021, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, onde determinados indicadores de “impairment” foram identificados, o valor recuperável desse conjunto de ativos das Unidades de Negócio, foi determinado pela Administração com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação de indicadores de inflação (IGPM), com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação de indicadores de inflação (IPCA) e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do mesmo IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo imobilizado testado para sua recuperação.

Os respectivos fluxos nos testes de recuperação de ativos imobilizados foram descontados por taxa de desconto de 11,6%, tanto para Rental quanto para Formas e Escoramentos.

Após a conclusão dos referidos estudos em cada uma das Unidades de Negócio, o valor em uso dos ativos identificados por meio dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim, a necessidade de constituição de provisão para “impairment” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) e no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), considerando determinados multiplicadores usuais em avaliações.

Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que foi estabilizada em 30,0%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGP-M. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 17,2% a.a., inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2% e um prêmio pelo risco específico de 2,0%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo interno preparado pela Administração com base em estimativas e julgamentos, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 35.528 mil (R\$ 39.341 mil em 31 de dezembro de 2020).

Em função da concretização da operação de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 11 de março de 2022, entre a Companhia e a Rohr, (vide nota explicativa 34, letra e das Demonstrações Financeiras do exercício fiscal de 2021), o valor justo do investimento na Rohr foi ajustado para o montante da referida transação: R\$ 34.013 mil.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$5,6 milhões em 2021, contra valor negativo de R\$10,9 milhões em 2020. Nesse ano amortizamos R\$62,8 milhões de principal.

### Imposto de renda e contribuição social

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de um valor negativo de R\$7,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um valor negativo de R\$38,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em 2021, a Companhia registrou um lucro líquido foi de R\$102,3 milhões frente um prejuízo líquido de R\$4,7 milhões registrados em 2020.

### COVID-19

Desde o início da pandemia, a Companhia implementou diversas ações para preservar uma posição financeira sólida, com disciplina de capital, redução de despesas e performance de balanço, visando combater os impactos econômico-financeiros da pandemia e melhorar o posicionamento da Mills quando da retomada do crescimento. Para a unidade de negócio Rental, a Administração entende que o ponto de inflexão foi atingido no mês de maio de 2020, apresentando, a partir de meados de junho, recuperação e retornando ao patamar pré-crise das atividades de locação em dezembro de 2020. Já a unidade de negócio Construção praticamente não foi impactada.

Assim como divulgado no trimestre anterior, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não percebeu impactos no seu desempenho econômico-financeiro devido à pandemia. Evidentemente, as ações para enfrentamento da crise, especialmente no cuidado com os colaboradores, foram mantidas, como segue (não exaustivo):

- Manutenção de 100% do grupo corporativo em home office;
- Reforço na prevenção por meio de vídeos e demais processos de comunicação;
- Divulgação e aplicação de política de consequências.

Com as notícias e evolução da COVID-19 no mundo desde o início do ano de 2020, fizemos um planejamento dos principais insumos que necessitaríamos para os próximos meses e adquirimos alguns deles em maior quantidade, como peças de reposição, EPIs, máscaras, etc. Até o momento, nossas atividades de locação não foram impactadas de forma relevante pela falta de insumos, mas trabalhamos na ampliação dos nossos estoques para mitigar o risco de um evento como esse ocorrer, bem como para ter peças de reposição disponíveis para fazer frente ao ritmo de liberação de equipamentos.

Evidentemente, essa crise pode provocar um aumento de preços de alguns insumos, principalmente daqueles dolarizados e no futuro podemos ter eventual default de alguns fornecedores em função da gravidade da situação. Entretanto, os principais fornecedores de peças da Rental, principal unidade de negócio da Companhia, são empresas de grande porte e de classe mundial, o que traz maior resiliência. Adicionalmente, os preços de locação praticados pela Rental, apesar de ser em R\$, são estabelecidos levando-se em consideração o valor de reposição do equipamento em USD, o que quer dizer que, no médio prazo, deverá ocorrer também um aumento de preços de locação acompanhando a variação cambial visando a manter a rentabilidade do negócio, o que consequentemente serve de “hedge” para um eventual aumento de preços de insumos em USD. Ao longo de 2021 sofremos falta de matéria prima de diversos materiais (EPI’S, uniformes, compensados), porém não ficamos desabastecidos por termos mais de uma opção de fornecimento, gerando baixo impacto em nossa área de suprimentos.

### ***Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 comparada com exercício findo em 31 de Dezembro de 2019***

### IFRS

A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Com ela, os direitos de uso (como contratos de aluguéis de imóveis e veículos, por exemplo) passaram a ser

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

reconhecidos no ativo e os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no passivo, tal qual os leasings financeiros.

Com a adoção do IFRS 16, então, a Companhia deixa de reconhecer os aluguéis de imóveis e veículos como custos e despesas no resultado do exercício e ainda passa a reconhecer: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Visando simplificar a análise comparativa com os períodos anteriores, apresentamos neste documento alguns quadros que desconsideram o efeito do IFRS 16, sempre que indicado.

**Receita Líquida de Vendas e Serviços**

A receita líquida da Mills atingiu R\$506,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aumento de 15,2% em relação ao valor registrado no ano anterior. A principal linha que impactou positivamente o resultado foi a receita de locação.

A receita líquida da unidade de negócio Rental atingiu R\$422,3 milhões em 2020, aumento de 18,1% em relação ao ano anterior, como consequência da combinação de negócios com a Solaris em maio de 2019, da estratégia comercial de diversificação de clientes, aumento gradual de preço e evolução da estratégia Go-to-Market.

A receita líquida da unidade de negócio Construção atingiu R\$84,1 milhões em 2020, aumento de 2,6% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à característica dos equipamentos e contratos (os quais possuem menor velocidade de giro), mostrando uma resiliência durante a crise do COVID-19 ao longo do ano.

<b>Receita líquida por tipo: em R\$ milhões</b>	<b>2020</b>	<b>Part %</b>	<b>2019</b>	<b>Part %</b>	<b>2018</b>	<b>Part %</b>
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>506,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>439,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>304,2</b>	<b>100,0%</b>
Locação	427,4	84,4%	365,5	83,2%	236,4	77,7%
Vendas novos	15,5	3,1%	19,0	4,3%	8,6	2,8%
Vendas seminovos	32,3	6,4%	16,6	3,8%	26,6	8,7%
Venda de sucata	0,9	0,2%	12,0	2,7%	14,9	4,9%
Assistência técnica	4,2	0,8%	6,5	1,5%	5,4	1,8%
Indenização e Recuperação de Despesas	26,1	5,1%	19,9	4,5%	12,4	4,1%

<b>Receita líquida por unidade de negócio: em R\$ milhões</b>	<b>2020</b>	<b>Part %</b>	<b>2019</b>	<b>Part %</b>	<b>2018</b>	<b>Part %</b>
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>506,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>439,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>304,2</b>	<b>100,0%</b>
Construção	84,1	16,6%	82,0	18,6%	100,6	33,1%
Rental	422,3	83,4%	357,5	81,4%	203,6	66,9%

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos da Companhia por natureza nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

<b>Valores em R\$ milhões</b>	<b><u>2020</u></b>			<b><u>2019</u></b>			<b>Variação 2020 x 2019</b>		
			<b>Total</b>			<b>Total</b>			<b>Total</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras		Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras		Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	
Pessoal	(56,1)	(76,7)	(132,8)	(58,5)	(66,8)	(125,3)	2,5	(9,9)	(7,5)
Terceiros	(2,3)	(32,6)	(34,8)	(2,9)	(32,7)	(35,6)	0,6	0,1	0,8
Frete	(16,7)	(2,1)	(18,8)	(12,1)	(4,0)	(16,1)	(4,5)	1,8	(2,7)
Material construção/ manutenção e reparo	(70,6)	(6,3)	(76,9)	(53,9)	(5,5)	(59,4)	(16,7)	(0,9)	(17,5)
Aluguel de equipamentos e Outros	(0,7)	(1,7)	(2,4)	(0,6)	(2,1)	(2,7)	(0,1)	0,3	0,2
Viagem	(4,8)	(3,6)	(8,3)	(5,1)	(4,9)	(10,0)	0,4	1,3	1,7
Custo das mercadorias Vendidas	(11,7)	-	(11,7)	(14,1)	-	(14,1)	2,4	-	2,4
Depreciação e Amortização	(122,2)	(28,1)	(150,3)	(127,4)	(34,8)	(162,3)	5,2	6,7	11,9
Baixa de ativos	(20,0)	0,5	(19,5)	(6,2)	(3,1)	(9,3)	(13,8)	3,6	(10,1)
Custo de venda - Sucata	(1,0)	-	(1,0)	(5,9)	-	(5,9)	4,9	-	4,9
Provisão para devedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCE	-	(3,1)	(3,1)	-	(11,5)	(11,5)	-	8,3	8,3
Plano de ações	-	(3,4)	(3,4)	-	(4,2)	(4,2)	-	0,8	0,8
Provisões	-	(2,3)	(2,3)	-	(3,2)	(3,2)	-	0,9	0,9
Part. Res.	-	(6,6)	(6,6)	-	(9,2)	(9,2)	-	2,6	2,6
Outros	(1,1)	(22,3)	(23,4)	4,4	(18,0)	(13,7)	(5,4)	(4,3)	(9,7)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(306,9)</b>	<b>(188,4)</b>	<b>(495,4)</b>	<b>(282,5)</b>	<b>(199,9)</b>	<b>(482,4)</b>	<b>(24,5)</b>	<b>11,4</b>	<b>(13,1)</b>

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, abertos por unidade de negócio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

<b>CPV e SGV total excluindo depreciação: em R\$ milhões</b>	<b>2020</b>	<b>% Part</b>	<b>2019</b>	<b>% Part</b>	<b>Var%</b>
<b>Construção</b>	<b>(67,4)</b>	<b>19,68%</b>	<b>(88,1)</b>	<b>27,5%</b>	<b>23,5%</b>
CPV	(43,8)	12,79%	(41,5)	13,0%	-5,5%
SG&A ex PCE	(31,1)	9,08%	(41,6)	13,0%	25,2%
PCE	7,5	-2,19%	(4,9)	1,5%	253,1%
<b>Rental</b>	<b>(274,4)</b>	<b>80,12%</b>	<b>(230,9)</b>	<b>72,1%</b>	<b>-18,9%</b>
CPV	(140,9)	41,14%	(113,5)	35,4%	-24,1%
SG&A ex PCE	(122,8)	35,85%	(110,8)	34,6%	-10,8%
PCE	(10,7)	3,12%	(6,6)	2,1%	-62,1%
<b>Outros</b>	<b>(0,7)</b>	<b>0,20%</b>	<b>(1,2)</b>	<b>0,4%</b>	<b>41,7%</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

<b>Total</b>	<b>(342,5)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(320,2)</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,0%</b>
--------------	----------------	----------------	----------------	---------------	--------------

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, passaram de R\$320,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$342,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$22,3 milhões, ou 7,0%.

Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram aumento de 19,1% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento do consumo de peças para manutenção dos equipamentos, consequência da combinação de negócios com a Solaris e ao aumento dos custos de indenização.

O SG&A, excluindo depreciação e PCE (Perda de Crédito Esperada, "PCE"), ficou praticamente em linha em relação à 2019, tendo um aumento de R\$1,0 milhão, que representa 0,7% de variação. O aumento das despesas nos setores comerciais e de engenharia nacional devido à combinação de negócios com a Solaris foi quase totalmente compensado pela redução das despesas não recorrentes e provisões em geral.

Em 2020, a PCE acumulada somou R\$3,1 milhões, equivalente a 0,6% da receita líquida, ante 2,6% em 2019.

A depreciação dos bens utilizados na prestação dos serviços e dos bens de uso, diminuiu, passando de R\$162,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$150,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo que em 2020 houve alteração no prazo de depreciação de algumas famílias dos bens utilizados na prestação dos serviços da Unidade de Negócios Rental, passando a ter bens com 10, 12 e 15 anos de prazo médio.

**Itens não recorrentes**

Em 2020, registramos R\$3,6 milhões de custos e despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por: (i) despesas relacionadas à combinação de negócios com a Solaris; (ii) passivos da unidade de negócio Serviços Industriais, vendida em 2013; e (iii) despesas relacionadas ao redimensionamento da empresa, como segue:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Itens não recorrentes - em R\$ milhões	2019	2020	(B)/(A)
	(A)	(B)	
<b>Total itens não recorrentes</b>	<b>-8,9</b>	<b>-3,6</b>	<b>-59,0%</b>
<b>Despesas redimensionamento</b>	<b>6,3</b>	<b>0,1</b>	<b>-98,2%</b>
Desmobilização filiais	-5,0	0,1	-102,3%
Receita venda de seminovos	8,0	-	
Custo venda de seminovos	-2,7	-	
Receita venda de sucata	12,0	-	
Custo venda de sucata	-5,9	-	
<b>Combinação de negócios Mills e Solaris</b>	<b>-14,0</b>	<b>-3,0</b>	<b>-78,3%</b>
Despesas para capturar sinergias	-7,9	-2,9	-62,7%
Outras despesas incorporação	-6,1	-0,1	-98,4%
<b>Outras despesas não recorrentes</b>	<b>-1,2</b>	<b>-0,7</b>	<b>-41,5%</b>
Despesas Mills SI	-1,2	-0,7	-43,2%

É importante ressaltar que as despesas com efeito caixa de reestruturação foram custeadas pela venda dos próprios equipamentos de Construção, como seminovo ou sucata.

Em 2020, a Companhia realizou todos os testes exigidos, não tendo sido necessária a constituição de impairment em nenhuma das unidades geradoras de caixa.

Durante o exercício de 2020, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais IGPM, considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 32,6%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 15,6% entre os anos de 2021 a 2023 e de 14,9% em diante, inclusive na perpetuidade. No cálculo foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2%, obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC). Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 39.341 (R\$ 50.579 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 a variação bruta do valor justo foi de R\$ 11.238 (R\$ 3.872 em 31 de dezembro de 2019).

**Prejuízo Operacional**

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de um prejuízo de R\$43,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para lucro de R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A reversão do resultado de prejuízo para lucro operacional é reflexo, principalmente, da recuperação da atividade da Unidade de Negócio Rental, da combinação de negócios executada em maio de 2019, e da redução das despesas não recorrentes.

**Resultado Financeiro**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O resultado financeiro foi negativo em R\$10,9 milhões em 2020, contra valor negativo de R\$14,1 milhões em 2019. Nesse ano amortizamos R\$47 milhões de principal.

**Imposto de renda e contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de um valor positivo de R\$12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um valor negativo de R\$7,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A alíquota efetiva foi de 21% em 2019 e 281% em 2020.

**Lucro Líquido do Exercício**

Em 2020, o prejuízo líquido foi de R\$4,7 milhões frente R\$ 45,0 milhões registrados em 2019.

**Valores Combinados**

Visando complementar as informações prestadas até aqui, e considerando a relevância para a Mills da combinação de negócios com a Solaris, demonstramos a seguir algumas informações combinadas das duas companhias:

<b>Mills Solaris Combinado*</b> <b>R\$ milhões</b>	<b>2019</b> <b>(A)</b>	<b>2020</b> <b>(B)</b>	<b>(B)/(A)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>498,4</b>	<b>506,4</b>	<b>1,6%</b>
Locação	416,7	427,4	2,6%
Outras	61,7	79,0	28,0%
Não Recorrentes	20,0		-100,0%
<b>COGS (ex. depreciação e IFRS16)</b>	<b>-177,8</b>	<b>-187,4</b>	<b>5,4%</b>
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-149,6	-154,7	3,4%
Outros	-13,8	-15,9	14,7%
Não Recorrentes	-8,6		
<b>SG&amp;A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)</b>	<b>-188,5</b>	<b>-170,1</b>	<b>-9,7%</b>
Comercial, Operacional e Administrativo	-101,7	-111,9	10,0%
Serviços Gerais	-41,4	-35,9	-13,3%
Outras despesas	-24,2	-18,7	-22,5%
Não Recorrentes	-21,2	-3,6	-83,0%
<b>PCE</b>	<b>-13,4</b>	<b>-3,1</b>	<b>-76,5%</b>
<b>Não Recorrentes</b>	<b>-9,8</b>	<b>-3,6</b>	<b>-63,3%</b>
<b>Depreciação</b>	<b>-160,9</b>	<b>-134,7</b>	<b>-16,3%</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>128,6</b>	<b>149,3</b>	<b>16,1%</b>
Margem EBITDA Ajustado %	26,9%	29,5%	
<b>Lucro (Prejuízo Líquido)</b>	<b>-44,5</b>	<b>-4,7</b>	<b>-89,3%</b>
Saldo de Caixa	124,9	378,9	203,3%

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita Líquida: Comparando-se o ano de 2020 com 2019, mesmo com a pandemia do COVID-19 em 2020 houve aumento de 1,6% na receita líquida total, devido à melhor receita de locação de Construção e venda de seminovos da Rental.

Custos: Na comparação de 2020 com 2019, os custos foram maiores em 5,4%, principalmente, devido à: (i) aumento dos consumo de peças para manutenção dos equipamentos de locação; e (ii) aumento dos custos de indenização de Construção.

Despesas: Comparando-se 2020 com 2019, as despesas foram menores 9,7%, principalmente pela redução dos gastos não recorrentes para captura de sinergias com a combinação de negócio com a Solaris.

### COVID-19

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

Os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do final do mês de março, provocando, no segundo trimestre de 2020, uma redução de 26,4% na receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental em relação ao primeiro trimestre (sem concentração em nenhum setor específico), com o mês de maio de 2020 caracterizando-se pela maior retração na atividade de locação. A partir de junho, iniciou-se uma recuperação, concretizada ao longo do terceiro trimestre com a maior flexibilização das regras de isolamento e reabertura de indústrias, centros comerciais e demais estabelecimentos, ainda que gradual. Essa recuperação no ambiente econômico resultou num aumento da receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental no terceiro trimestre de 15,3% em relação ao segundo trimestre e no quarto trimestre de 29,0% em relação ao trimestre anterior, com o mês de dezembro de 2020 caracterizando-se pela maior recuperação na atividade de locação no ano. No ano, a receita líquida de locação da Rental, em bases combinadas, apresentou um valor similar ao registrado em 2019.

Já a Unidade de Negócios Construção, devido à característica dos seus equipamentos e dos seus contratos (os quais possuem menor velocidade de giro), mostrou uma maior resiliência na sua atividade de locação, encerrando o quarto trimestre em um patamar similar ao terceiro trimestre de 2020. No ano, a receita líquida de locação apresentou um crescimento de 22,0% em relação ao ano de 2019.

Tais performances são resultado das diversas ações tomadas pela Mills a partir de março de 2020 para mitigar os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19. Conforme já divulgado, em resposta à crise a Companhia instalou um Comitê Interno de perfil multidisciplinar exclusivamente para tratar das várias faces do tema, aumentou a frequência das reuniões da Administração e implementou diversas ações, tais como o aumento da modalidade de home office, a suspensão de viagens, de eventos com aglomerações e a intensificação dos procedimentos de limpeza, entre outras, zelando pela saúde e segurança dos seus colaboradores, bem como pela continuidade das suas operações e da sua saúde financeira, destacando nesse caso:

- Manutenção das atividades comerciais e operacionais das filiais espalhadas pelo Brasil, garantindo o atendimento aos clientes;
- Recebimentos originados da operação no quarto trimestre de 2020 no montante aproximado de R\$ 156 milhões;
- Reprogramação de faturas a receber de clientes compensada pela reprogramação de contas a pagar a fornecedores, com foco no equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia;
- Implementação de gestão matricial de despesas, visando identificar oportunidades de contenção de gastos, tais como aluguéis, consultorias, viagens, peças, fretes e pessoal, sem com isso comprometer as operações da Companhia;

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Acompanhamento e adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal, destacando a postergação de pagamento tributos no montante aproximado de R\$ 14 milhões no primeiro semestre de 2020;
- Suspensão temporária de investimentos para preservação de caixa, destacando a adequação e/ou renovação da frota de equipamentos da Rental e as integrações de filiais, sendo que neste último há uma limitação adicional pela restrição de deslocamentos;
- Reavaliação do perfil de dívida da Companhia, já resultando no alongamento do prazo de pagamento das debêntures Solaris por um ano, no montante total de R\$ 22 milhões, e na emissão de nova dívida, no montante total de R\$ 84 milhões;
- Mapeamento de novas oportunidades para buscar compensar, ainda que parcialmente, a redução da receita e melhorar o posicionamento da Companhia quando da retomada do crescimento;
- Saldo de caixa de R\$ 379 milhões, representando R\$ 171 milhões de caixa líquido (R\$136 milhões em 30/09/2020, R\$102 milhões em 30/06/2020, R\$ 60 milhões em 31/03/2020 e R\$ 33 milhões em 31/12/2019);

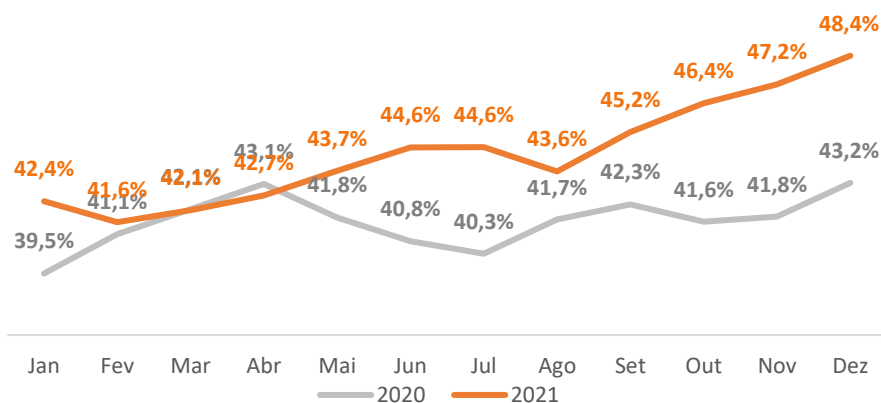
Considerando o exposto e os vários riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, a Administração efetuou diversos testes de stress de caixa e de covenants a partir de diferentes cenários econômicos para o ano de 2020 e seus possíveis impactos na Companhia, analisando também as estimativas contábeis e a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, não observando até o presente momento efeitos significativos que pudessem modificá-las.

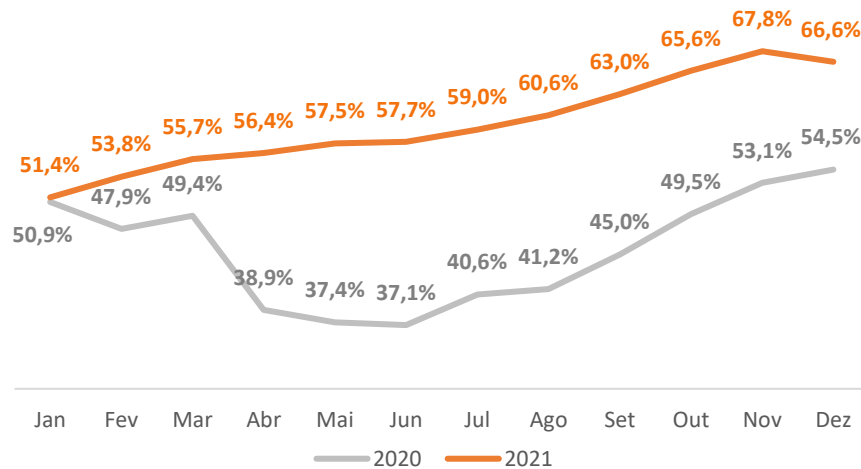
### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos equipamentos locados aos seus clientes. A introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos. Ressalvado que os equipamentos da unidade de negócio Rental são importados e, consequentemente, têm seu custo de aquisição em moeda estrangeira. Sendo assim, no futuro, a receita de locação desta unidade de negócio poderá ser influenciada por eventual variação de taxas de câmbio.

Segue abaixo evolução da taxa de utilização física das unidades de negócio:

#### Unidade de negócio Formas e Escoramentos



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Unidade de negócio Rental****c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

As operações e resultados da Companhia são diretamente impactados por variações de (i) taxas de inflação, cujos índices são utilizados para reajuste dos contratos de longo prazo da Companhia; (ii) taxas de juros, que afetam o endividamento sujeito a juros flutuantes da Companhia; e (iii) preços de materiais consumidos nas obras ou na manutenção dos equipamentos da Companhia.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços e das despesas financeiras relativas às debêntures com juros atrelados à variação acumulada do IPCA. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das *commodities*, principalmente aço e alumínio. No caso da unidade de negócio Rental, os equipamentos utilizados aumentam de preço em função da oscilação do câmbio, pois são importados.

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio.

## **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.**

### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

A companhia não realizou nenhuma introdução ou qualquer outra alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

#### **b.1 Incorporação Solaris**

Em 10 de maio de 2019 foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris") e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris ("Combinação de Negócios").

A Combinação de Negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

Nesta data, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Solaris.

Também foi celebrado um Acordo de Acionistas entre Andres Cristian Nacht, Jytte Kjellerup Nacht, Francisca Kjellerup Nacht, Tomas Richard Nacht, Antonia Kjellerup Nacht, Pedro Kaj Kjellerup Nacht, Snow Petrel, S.L. (em conjunto "Grupo Nacht"), SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Sullair Argentina S.A., o qual regulará o exercício dos direitos políticos e econômicos destes na qualidade de acionistas da Companhia, o que inclui, entre outras disposições: (a) que o Grupo Nacht permanecerá como acionista controlador da Mills, tendo o direito de nomear a maioria do Conselho de Administração da Companhia; (b) que a SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Sullair Argentina S.A. terão certos direitos de veto relacionados à deliberação de determinadas matérias pela Companhia; e (c) restrições padrão de mercado para a transferência de ações vinculadas ao acordo de acionistas.

Com a otimização das operações, as melhores práticas de ambas as empresas e a absorção de sinergias, a Companhia terá melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando valor para seus acionistas.

A Solaris atua no mercado de locação de equipamentos do Brasil há mais de 20 anos e conta com uma das mais diversificadas frotas de aluguel em filiais distribuídas por todo o país. Desde 2013, a empresa era controlada pelo fundo de private equity Southern Cross Group que, juntamente com o acionista fundador Sullair Argentina, tem se destacado pela introdução de processos inovadores na indústria de locação de equipamentos.

A Solaris e a Sullair do Brasil, atuam basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário, de serviços e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais: comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho, de equipamentos de ar comprimido, torre de iluminação, geradores de energia e produtos correlatos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

#### **b.2 Aquisição do controle da Nest Rental**



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 28 de abril de 2021, a subsidiária integral da Mills, Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris"), celebrou um contrato de investimento, compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir 51% do capital social da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.224.282/0001-71, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, nº 1226 – estacionamento, Jardim das Acácias, CEP 04707-000 ("Nest Rental") ("Operação").

A Nest Rental foi fundada em 2018 e atua no segmento de Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura), oferecendo equipamentos compactos, leves, fáceis de transportar, de manutenção simples e que substituem escadas com maior segurança e produtividade, apresentando, assim, grande capacidade de se tornar cada vez mais presente no dia a dia de pessoas e empresas.

A Nest Rental possui exclusividade da JLG no fornecimento desses equipamentos no Brasil e tem um modelo de negócio que pode ser acelerado pela web, além de vendas on-line e estações de compartilhamento para locação dos equipamentos, o que demonstra a vocação da Nest Rental para inovação no setor. Dessa forma, além de aumentar o foco nessa família de equipamentos, a Mills também busca com a operação fortalecer as iniciativas relacionadas à transformação digital, tendo a Nest Rental como uma alavanca de inovação, através da qual fomentará a evolução de processos, de soluções automatizadas e a implementação de novas facilidades para os clientes, visando melhorar cada vez mais a sua experiência na locação.

Em 2025, caso seja do interesse da Companhia, a Solaris poderá adquirir os outros 49% de participação a um valuation pré-determinado da Nest Rental de 6,25x Ebitda Ajustado (excluindo itens não recorrentes e os efeitos do IFRS 16) de 2024.

A aquisição pela Solaris está alinhada à estratégia da Mills de buscar concentrar os negócios não core nessa controlada, sendo que essa operação não configura hipótese prevista no Art. 256, da Lei das S.A., de 1976.

### b.3 Aquisição da SK Rental

Em 08 de abril de 2021, a Mills celebrou um acordo de compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir das vendedoras SKC S.A. e SK Rental Internacional Ltda. a integralidade das quotas representativas do capital social da SK Rental Locação de Equipamentos Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.590.488/0001-70, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 520, Curitiba, Paraná ("SK Rental do Brasil") ("Transação"), estando sujeita, ainda, ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais neste tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). No dia 4 de novembro de 2021 foi publicada a aprovação pela Superintendência-Geral do CADE, sem restrições.

Fundada em 2010, a SK Rental do Brasil é uma empresa do Grupo Sigdo Koppers, com forte atuação na região sul do país, base de clientes com destaque em suas áreas de atuação, frota de mais de 300 equipamentos e certificada em sistemas de gestão, qualidade e em segurança e saúde ocupacional, estando entre as principais e mais respeitadas companhias de locação de plataformas aéreas do país.

A conclusão da aquisição pela Companhia de 100% da SK Rental do Brasil ocorreu em 25 de novembro de 2021.

A aquisição da SK Rental do Brasil está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados à melhoria da experiência dos clientes, crescimento, consolidação e penetração de mercado. Portanto, com a otimização das operações e absorção de sinergias, a Companhia terá melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando mais valor para os seus acionistas.

### b.4 Aquisição da Altoplat

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 3 de dezembro de 2021, a Mills celebrou um acordo de compra e venda para adquirir das vendedoras Altoplat Locações de Plataformas Aéreas Ltda. e Equipamentos e Locação Juceli Ltda. (em conjunto, "Altoplat")

a totalidade do negócio de plataformas elevatórias ("Transação"). Com a Transação, a Mills adquirirá o negócio de plataformas elevatórias da Altoplat, entendendo-se por isso, os respectivos equipamentos, estoques, contratos ativos, base de clientes e demais ativos relacionados.

A Mills esclarece que a Transação, cuja submissão para as autoridades concorrenciais brasileiras é dispensada, não depende da deliberação da assembleia geral da Companhia, conforme o art. 256 da Lei nº 6.404/1976, e tampouco ensejará direito de recesso para seus acionistas.

A aquisição foi concluída em duas etapas: a primeira em 17 de dezembro de 2021 e a segunda etapa em 14 de janeiro de 2022.

Fundada em 2010, a Altoplat tem uma frota de 417 equipamentos e é atualmente a maior locadora de plataformas elevatórias em Porto Alegre, possuindo uma base de clientes diversificada, com contratos recorrentes para clientes de setores como Siderurgia, Construção, Petroquímica e Educação.

A aquisição do business de plataformas elevatórias da Altoplat complementa a frota da Mills e reforça sua posição de liderança no Brasil, sendo certo que a consumação da Transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais neste tipo de operação.

### c. Eventos ou operações não usuais

Desinvestimento na Rohr S/A Estrutura Tubulares (Rohr)

A Mills celebrou em 11 de março de 2022, após aprovação do seu Conselho de Administração, um acordo vinculante com os atuais acionistas controladores da Rohr para troca de ativos, através do qual alienará a sua participação societária de 27,47% (excluindo as ações em tesouraria) na Rohr e, em contrapartida, receberá outros ativos da Rohr ("Transação"), os quais serão direcionados para o crescimento da Companhia.

Desde 2011, a Mills possui a referida participação na Rohr, empresa especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, e não tem qualquer influência em sua gestão, sendo o investimento classificado como ativo financeiro pelo seu valor justo, o qual totaliza R\$ 34,0 milhões desde 31 de dezembro de 2021 e é sujeito a testes de impairment anualmente.

Em decorrência da Transação, a Mills receberá a frota total de 146 plataformas elevatórias da Rohr e seus respectivos estoques de peças, que correspondem ao valor total de R\$ 13,0 milhões e se somarão ao principal negócio da Companhia. Adicionalmente, a Mills receberá contratos ativos e base de clientes avaliados em R\$ 1,9 milhões, outros R\$ 4,9 milhões em moeda corrente nacional, além de imóveis totalizando R\$ 14,2 milhões, os quais serão prontamente colocados à venda para que os recursos também sejam aplicados no crescimento da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Os diretores devem comentar sobre****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****Normas vigentes em 2021**

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2021.

O IASB emitiu atualização das normas internacionais (IFRS) com adoção obrigatória para exercícios findos a partir em 31 de dezembro de 2021, a saber:

(i) Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2 (Adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência, consequentemente alterações nas IFRS, e como resultado da Fase 2:

**Modificação de ativo ou passivo financeiro - IFRS 9 (CPC 48)**

Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Companhia deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações.

**Modificação do arrendamento - IFRS 16 (CPC 06(R2))**

Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Companhia deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais.

**Concessões adicionais para relações de hedge - IAS 39 (CPC 38)**

Quando são feitas alterações nos instrumentos de hedge, o objeto de hedge e riscos cobertos, como resultado da Reforma da Taxa de Juros de Referência, a documentação de hedge deve ser atualizada sem descontinuar a relação de hedge. Em caso de hedge de fluxo de caixa, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa são avaliados com base na taxa de referência alternativa adotada no qual o fluxo de caixa coberto será determinado.

Para as relações de hedge, cujo o componente de taxa de referência não é determinado contratualmente, na transição para uma taxa de referência alternativa, se o risco não for separadamente identificável na data de designação, este será considerado como tendo cumprido a exigência de "identificável separadamente" naquela data se, e somente se, a Companhia espera razoavelmente que o componente específico da taxa de juros será separadamente identificável em um período de 24 meses a partir da data na qual a taxa de referência alternativa é designada pela primeira vez. O período de 24 meses é aplicável em base individual, ou seja, para cada relação de hedge.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

(ii) Alterações à IFRS (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021)

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento.

O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e

c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Embora as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) permitam a adoção antecipada de certas normas contábeis, no Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC.

Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2021.

**Normas revisadas não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

A seguir são apresentadas as principais IFRS revisadas, ainda não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

(iii) Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022)

As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 19) – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 (ICPC 19) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

A adoção antecipada é permitida se a Companhia também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

antes.

Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações especificam que o “custo de cumprimento” do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a Companhia ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a Companhia aplica as alterações pela primeira vez.

(iv) Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a Companhia reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A Companhia deve mensurar o custo desses itens de acordo com a IAS 2 (CPC 16(R1)) - Estoques.

(v) Alteração à IFRS 1 (CPC 27(R1) e CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada)

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

(vi) Alteração à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte.

Alterações ao IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023).

A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro;

- Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

(vii) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e declaração de prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de políticas contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a Companhia divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

(viii) Alterações a IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação ("*single transaction*"). (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023)

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.)

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

Não identificamos impactos na Companhia para o exercício de 2022 e no futuro.

### **b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

**A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.**

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo;
- Transações com pagamentos baseados em ações;
- Impostos;
- Valor justo dos instrumentos financeiros;
- Provisões para perdas de crédito esperadas;
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil dos bens do imobilizado;
- Reconhecimento da receita.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

### 1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 1.1. Base de apresentação

##### (i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes.

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Resultado por segmento de negócio

O resultado por segmentos de negócio (Construção e Rental) é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

(iii) Demonstrações de valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 1.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 17 de março de 2021 e no dia 26 de março de 2021 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

### 1.3. Base de consolidação

As informações consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada.

O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a) Investimentos em Companhias contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em Companhias contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do período:

Participação - %



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Nome da controlada	Principal atividade	Controle	31/12/2021	31/12/2020
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	Direto	100%	100%
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura)	Indireto (*)	51%	-
SK Rental Locação de Equipamentos Ltda	Locação de Plataformas	Direto	100%	-

(\*) Controle direto pela subsidiária Solaris Equipamentos e Serviços S.A. conforme nota explicativa 1.2

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas.
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

#### 1.4. Principais políticas contábeis

##### (i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

##### (ii) Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual.

##### (iii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

#### b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

#### c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

#### a. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

### (iv) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidos os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos *agings* por segmento de negócio;
- Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos *agings* (rolagem) dos últimos 6 meses;
- Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos *agings* (rolagem) dos últimos 6 meses;
- O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos *agings* em cada Unidade de Negócio;
- A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos *agings*;
- É considerado no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de boletins de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo;
- Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociações de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE.

### (v) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens dos estoques sem movimentação há mais de um ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (vi) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício findo em 31 de dezembro e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A Companhia não identificou a necessidade de se registrar provisões para valores não recuperados ou reverter o saldo de impostos diferidos ativos.

### (vii) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado prospectivamente.

### (viii) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a).

### (ix) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### (x) Intangíveis

#### Programas de computador (Softwares)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses softwares são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 14). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### (xi) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

### (xii) Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, e ágios são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de recuperação dos saldos de ágio reconhecidos nas unidades geradoras de caixa Rental e Construção.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto para perdas por redução ao valor recuperável de ágios os quais quando registradas não são revertidas), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### (xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### (xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Determinadas provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento em 31 de dezembro.

### (xv) Benefícios concedidos a empregados

#### Provisão para participação nos lucros e resultados

O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2021, em função do desempenho geral da Mills, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado

O Programa de Participação Resultados de 2021 é baseado no atingimento do EBITDA ajustado, e metas corporativas.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20.d)

### Planos de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

### Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

### Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido.

#### (xvi) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvii) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xviii) Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social.

(xxi) Reconhecimento de receitas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesas.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos (incluindo JCP) de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, quando aplicáveis, são reconhecidas líquidos dos impostos sobre as vendas e prestações de serviços.

(xxii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados findos em 31 de dezembro, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

***a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada, (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

A Companhia não detém ativos e passivos relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

***b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

**a.** *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

**b.** *natureza e o propósito da operação*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2019 e 2020 e 2021.

**c.** *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

***Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;***

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado. Como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos, a Companhia instituiu uma reserva estatutária de expansão, para a qual os acionistas poderão destinar até 75% do lucro líquido ajustado, desde que a referida reserva não ultrapasse o limite de 80% do capital social subscrito da Companhia.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 2021, 2020 e 2019:

Valores em R\$ milhões	2019	2020	2021
<b>Capex Total</b>	<b>-10,0</b>	<b>-11,6</b>	<b>-193,6</b>
<b>Ativos para locação</b>	<b>-4,6</b>	<b>-1,4</b>	<b>-77,5</b>
Formas e Escoramentos	-0,1	-0,5	-0,5
Rental	-4,5	-1,0	-77,0
<b>Corporativo e bens de uso</b>	<b>-5,4</b>	<b>-10,2</b>	<b>-36,5</b>
<b>M&amp;As</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-79,6</b>

No ano de 2021, a Companhia investiu R\$193,6 milhões, sendo R\$77,5 milhões utilizados como investimento em ativos de locação, principalmente da unidade de negócios Rental. Do total de ativos de locação da Rental, R\$7,7 milhões foram destinados para o projeto de revitalização da frota, R\$29,9 milhões para renovação de frota e R\$37,8 para aquisição dos equipamentos da Altoplat.

***(ii) fontes de financiamento dos investimentos;***

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de empréstimos e financiamento (conforme detalhado no item 10.1(f) deste Formulário de Referência).

***(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.***

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

***a. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia***

Em 10 de maio de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris") e foram praticadas todas as demais medidas necessárias à conclusão da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris ("Combinação de Negócios").

A Combinação de Negócios consolida o protagonismo das duas empresas no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num mix de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 9 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 ação ordinária de emissão da Solaris.

Também foi celebrado um Acordo de Acionistas entre Andres Cristian Nacht, Jytte Kjellerup Nacht, Francisca Kjellerup Nacht, Tomas Richard Nacht, Antonia Kjellerup Nacht, Pedro Kaj Kjellerup Nacht, Snow Petrel, S.L. (em conjunto “Grupo Nacht”), SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Sullair Argentina S.A., o qual regulará o exercício dos direitos políticos e econômicos destes na qualidade de acionistas da Companhia, o que inclui, entre outras disposições: (a) que o Grupo Nacht permanecerá como acionista controlador da Mills, tendo o direito de nomear a maioria do Conselho de Administração da Companhia; (b) que a SCG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Sullair Argentina S.A. terão certos direitos de veto relacionados à deliberação de determinadas matérias pela Companhia; e (c) restrições padrão de mercado para a transferência de ações vinculadas ao acordo de acionistas.

Com a otimização das operações, as melhores práticas de ambas as empresas e a absorção de sinergias, a Companhia terá melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando valor para seus acionistas.

Em 12 de agosto de 2021 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição pela Companhia de até 1.290 novas plataformas elevatória, as quais chegarão ao longo de 2022, que deverão corresponder a um Capex de até USD 63,2 milhões em 2022, e serão aplicadas no crescimento, adequação de mix e renovação de parte da frota.

As aquisições realizadas pela Companhia em 2021 foram detalhadas no item 10.3 do Formulário de Referência.

***c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

A diretoria da Companhia acredita que prover soluções inovadoras é uma marca constante de suas atividades e um aspecto essencial para fidelizar clientes. Nesse sentido, embora a Companhia não realize internamente atividades de pesquisa e desenvolvimento, visita anualmente as principais feiras nacionais e internacionais de equipamentos do setor industrial e de construção para conhecer as principais inovações tecnológicas disponíveis para a indústria em que a Companhia atua. Além disso, representantes da Companhia visitam as fábricas dos principais fabricantes, nacionais e internacionais, de equipamentos para avaliar o funcionamento e a operação dos equipamentos de ponta disponíveis para aquisição.

A Companhia não desenvolve novos produtos e serviços, portanto, não incorre em gastos referentes à área de pesquisa e desenvolvimento. Grande parte da tecnologia e inovação presente nos equipamentos e oferecida aos clientes da Companhia provém de seus fornecedores. A Companhia muitas vezes aperfeiçoa a tecnologia e adapta a cultura e metodologia construtiva brasileira. Para isso, a Companhia busca adquirir ou licenciar novas tecnologias de terceiros em condições aceitáveis no mercado nacional e internacional, preferencialmente com fornecedores habituais com os quais a Companhia busca estabelecer parcerias de longo prazo.

Na unidade de negócio Rental, possuímos uma área de engenharia que, em conjunto com parceiros nacionais, desenvolvem adequações às condições de uso dos clientes, atendendo às especificações dos fabricantes internacionais, obtendo assim uma melhor performance dos equipamentos, bem como a extensão da vida útil de suas partes e peças. Como resultado, desenvolvemos soluções que trazem maior produtividade aos nossos clientes.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Contamos ainda com 4 laboratórios de eletrônica, estrategicamente localizados, para desenvolver soluções e reparações de componentes eletro/eletrônicos dos equipamentos, reduzindo custos de reposição de peças e contribuindo de forma relevante na redução da geração de lixo eletrônico, o que reafirma nosso compromisso com a preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021 e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Por ser uma empresa de serviços com público alvo principal bastante segmentado, os investimentos em publicidade concentram-se em ações direcionadas, sejam elas marketing direto, e-mail marketing, ações de relacionamento ou publicidade online. Ademais, como os serviços prestados pela Companhia consistem, na sua grande maioria, em atividades ligadas à indústria, manutenções e revitalização de espaços em geral, a Companhia prioriza o patrocínio de projetos focados na reconstrução e na valorização do espaço urbano ou que utilizem os equipamentos da Companhia.

Em 2019 participamos com a JLG no projeto do Aquário Urbano, Em parceria com a JLG nós onde disponibilizamos dois equipamentos para que murais de arte urbana fossem desenvolvidos no centro de São Paulo. Ao todo foram 10.000 m<sup>2</sup> de pintura, tornando a ação a maior intervenção de arte urbana do mundo, maior pintura Freestyle e maior conexão VR simultânea.

Em 2021 fizemos o reposicionamento da marca, para isso tivemos despesas com a criação do “rebranding” e campanhas on line para o lançamento da nova marca e criação do novo site da Mills e site de RI.